

O exercício da contabilidade numa empresa industrial: o caso da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.

Relatório de Estágio

Solange Silva Ponte

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



O exercício da contabilidade numa empresa industrial: o caso da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.

Relatório de Estágio

Solange Silva Ponte

Orientador

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O presente trabalho consiste num relatório de estágio elaborado no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, lecionado na Universidade dos Açores. O estágio, com duração de nove meses, teve início no dia 1 de outubro de 2020 e decorreu no departamento de contabilidade da Fábrica de Tabaco Micaelense, cuja principal atividade é a produção e venda de tabaco manufacturado.

Ao longo do relatório efetua-se um enquadramento teórico sobre a contabilidade, seguindo-se a caracterização da empresa, a apresentação das várias atividades desenvolvidas no estágio e, por fim, é realizada uma análise crítica ao estágio.

Com o enquadramento teórico sobre a contabilidade constata-se que esta área de estudo passou progressivamente a acompanhar o desenvolvimento económico e técnico e a redirecionar-se para o alcance de objetivos globais e para a tomada de decisões de gestão. Da caracterização da Fábrica de Tabaco Micaelense verifica-se que esta indústria tabaqueira atua num sistema de duopólio, tendo como principal foco a qualidade organolética dos produtos que comercializa, utilizando marcas próprias e marcas sob licença, e a adoção de práticas responsáveis. A aposta em novos produtos e numa carteira de negócios diversificada permitem à empresa marcar uma maior presença no mercado.

As atividades desenvolvidas no estágio englobam o processo de receção, lançamento e arquivo da documentação, as práticas de controlo interno, a contabilidade analítica, as obrigações fiscais, a resposta a inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade e as operações de fim de exercício.

Por fim, da análise crítica ao estágio verifica-se que a FTM tem uma presença sólida nos mercados Açores e Madeira e está sujeita a uma forte legislação antitabágica. A empresa está inserida num ambiente transacional onde existem elevadas barreiras à entrada e à saída e em que o poder negocial dos clientes é baixo, contrapondo-se a um elevado poder negocial dos fornecedores. Para o desenvolvimento das atividades foram necessários vários conhecimentos contabilísticos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado.

Palavras-chave: Contabilidade, Estágio, Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.

ABSTRACT

The present work consists of an internship report prepared as part of the second year of the Masters in Economic and Business Sciences, with a specialization in Finance and Accounting, taught at the University of Azores. The internship, that lasted nine months, began on October 1st, 2020 and took place in the accounting department of Fábrica de Tabaco Micaelense, whose main activity is the production and sale of manufactured tobacco.

Throughout the report, a theoretical framework on accounting is carried out, followed by the characterization of the company, a presentation of the various activities developed in the internship and, finally, a critical analysis of the internship is realized.

With the theoretical framework on accounting, it can be seen that this area of study has progressively started to accompany the economic and technical development and to redirect itself towards achieving global goals and towards making management decisions. From the characterization of Fábrica de Tabaco Micaelense, it can be seen that this tobacco industry operates in a duopoly system, having as its main focus the organoleptic quality of the products it sells, its own brands and licensed brands, and the adoption of approved practices. The investment in new products and in a diversified business portfolio allows the company to have a greater presence in the market.

The activities developed during the internship include the process of receiving, launching and filing documents, such as internal control practices, analytical accounting, such as tax obligations, the response to statistical inquiries within the scope of accounting and the end-of-year procedures.

Finally, from the critical analysis of the internship, it is verified that FTM has a solid presence in the Azores and Madeira markets and is facing a strong anti-smoking legislation. The company is part of a transactional environment where there are high barriers to entry and exit and where the negotiating power of customers is low, in contrast with the high negotiating power of suppliers. For the development of the activities with has required several accounting competencies acquired during the undergraduation and master's degrees.

Keywords: Accounting, Internship, Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.

AGRADECIMENTOS

Este relatório de estágio marca o término de mais uma etapa importante da minha vida, que só foi possível com a ajuda e colaboração de várias pessoas que acompanharam todo o meu percurso e contribuíram para o meu crescimento tanto pessoal como profissional, a quem eu quero manifestar meus agradecimentos:

À minha família, em especial aos meus pais, irmã e avó, pelo incentivo, compreensão e apoio que sempre demonstraram;

Ao Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira, orientador deste relatório de estágio, pela disponibilidade em esclarecer as dúvidas que surgiram ao longo do relatório e por todas as orientações prestadas;

Ao Dr. Nuno Moniz e ao Dr. Rúben Dias, pelo profissionalismo e por terem apostado em mim e nas minhas capacidades;

À Dr.^a Nélia Costa, por ter aceitado ser minha tutora, pelos vários conhecimentos profissionais que me transmitiu e pela dedicação e ajuda na recolha de informação;

Aos restantes colaboradores da Fábrica de Tabaco Micaelense, por todo o auxílio nas tarefas desenvolvidas;

À minha colega de mestrado, Tânia Raposo, pela amizade e motivação.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
ÍNDICE.....	iv
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE	3
2.1. Origem, conceito e objetivos da contabilidade	3
2.2. A contabilidade em Portugal	5
2.3. A contabilidade como sistema de informação e a sua importância para a tomada de decisões.....	12
2.4. Divisões da contabilidade.....	13
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA FÁBRICA DE TABACO MICAELENSE, S.A.	17
3.1. Apresentação e história da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.....	17
3.2. Missão, visão, estratégia e objetivos	19
3.3. Estrutura organizacional da empresa.....	21
3.4. Produtos, clientes e fornecedores	25
3.5. Posição competitiva da empresa.....	27
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	29
4.1. Receção, lançamento e arquivo da documentação	29
4.2. Práticas de controlo interno	30
4.2.1. Reconciliações bancárias	30
4.2.2. Conferência e fecho mensal de contas	32
4.3. A contabilidade analítica	35
4.4. Obrigações fiscais.....	38
4.4.1. Entrega da declaração periódica do IVA	38
4.4.2. Declaração de retenção na fonte	40
4.4.3. Modelo 10	40
4.4.4. Envio do ficheiro SAFT-PT	41
4.4.5. Modelo 22	41
4.5. Resposta a inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade.....	44
4.6. Operações de fim de exercício	45
4.6.1. Conferência dos saldos de fornecedores	45
4.6.2. Circularizações.....	46
4.6.3. Apuramento de resultados.....	47
4.6.4. Preparação das demonstrações financeiras	47
CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO	50
5.1. Análise crítica à entidade	50
5.2. Análise crítica às atividades realizadas	55
5.2.1. Análise crítica às atividades de receção, lançamento e arquivo da documentação.....	56
5.2.2. Análise crítica às práticas de controlo interno	56
5.2.3. Análise crítica à contabilidade analítica.....	58
5.2.4. Análise crítica às obrigações fiscais.....	59
5.2.5. Análise crítica à resposta aos inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade	60

5.2.6. Análise crítica às operações de fim de exercício	61
5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado ..	62
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Aspetos tratados pela Estrutura Conceptual.....	8
Figura 2. Organograma da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.	22
Figura 3. Análise SWOT à Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
DF – Demonstrações Financeiras
DST – Distribuidores
EC – Estrutura Conceptual
FTM – Fábrica de Tabaco Micaelense
IASB – International Accounting Standards Board
IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IS – Imposto de selo
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
JTI – Japan Tobacco International
NC-ME – Normas Contabilísticas para Microentidades
NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro
NCRF-PE – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NIF – Número de Identificação Fiscal
SAFT-PT – Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
UE – União Europeia

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Este relatório de estágio foi elaborado no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, lecionado na Universidade dos Açores. O estágio inseriu-se na área de contabilidade realizada por uma empresa privada, o qual teve a duração de nove meses, iniciando-se no dia 1 de outubro de 2020. O estágio decorreu na Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A. ao abrigo do programa Estagiar L, sob a orientação do Prof. Doutor João Teixeira, sendo a Dr.^a Nélia Costa, Contabilista Certificada, a tutora na empresa.

Esta experiência profissional teve como principal objetivo o desenvolvimento de competências profissionais na área da contabilidade, nomeadamente a consolidação e o aprofundamento de conhecimentos ao nível da interpretação e aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O relatório de estágio é composto por um total de seis capítulos, em concordância com as várias etapas desenvolvidas ao longo do estágio, sendo que o primeiro capítulo corresponde à introdução.

No capítulo II é desenvolvido um enquadramento teórico acerca da contabilidade, apresentando-se a origem, o conceito e os vários objetivos inerentes a esta área, e é realizada uma abordagem à evolução do sistema contabilístico português, descrevendo-se as várias demonstrações financeiras e as características qualitativas e pressupostos subjacentes à elaboração das mesmas. A contabilidade é também analisada como um sistema de informação, com importância para a tomada de decisões, expondo-se os ramos em que esta área pode ser dividida.

O capítulo III diz respeito à caracterização da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A., procedendo-se a uma apresentação desta entidade e da sua história, assim como da sua missão, visão, estratégia e objetivos. Neste capítulo é exposta a estrutura orgânica da FTM, os seus principais produtos, clientes e fornecedores, e a sua posição competitiva.

Em relação ao capítulo IV são descritas as várias atividades desenvolvidas no departamento de contabilidade, que foram tipificadas em seis grupos, iniciando-se com a receção, o lançamento e o arquivo da documentação contabilística, passando pelas práticas de controlo interno, a contabilidade analítica, as obrigações fiscais, a resposta a inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade, e terminando com as operações de fim de exercício.

A análise crítica ao estágio corresponde ao capítulo V, estando subdividida na análise crítica à empresa e às atividades realizadas durante o estágio. Neste capítulo é também estabelecida a interligação entre determinados conteúdos abordados em algumas unidades curriculares da licenciatura e do mestrado que foram fundamentais para a realização das diversas tarefas.

Por fim, o capítulo VI refere-se à conclusão, onde é apresentada uma reflexão sobre os vários conhecimentos e experiência profissional adquiridos com a realização das atividades que foram propostas.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE

Neste capítulo apresenta-se a origem, o conceito e os objetivos da contabilidade, efetua-se uma abordagem à evolução do sistema contabilístico em Portugal, analisa-se a contabilidade como um sistema de informação e com importância para a tomada de decisões e, por fim, expõe-se as suas divisões.

2.1. Origem, conceito e objetivos da contabilidade

A contabilidade reflete a evolução civilizacional, tanto ao nível do desenvolvimento social como ao nível do progresso económico e técnico. Chambers (1995) afirma que a sua evolução está patente no objeto, ou seja, naquilo de que ela trata, no método, nos instrumentos de trabalho e nas conceções que dela se tem, pelo que vários autores em função das épocas em que viveram consideraram a contabilidade como uma arte, uma tecnologia ou uma ciência.

De acordo com Borges *et al.* (2014), a contabilidade surgiu da necessidade do Homem suprir as limitações da memória, por meio de “um processo de classificação e registo que lhe permitisse recordar facilmente e as variações sucessivas de determinadas grandezas, para que em qualquer momento pudesse saber da sua extensão”. Constituía também um meio de prova entre partes discordantes ou em litígio (Monteiro, 2013).

A partir de 1494, a contabilidade sofreu um grande desenvolvimento com a publicação, pelo frade franciscano italiano Luca Pacioli, da enciclopédia matemática intitulada “Summa de Arithmetica, Geometria, Porportioni et Proportionalita”, que inclui o “Tractatus XI Particularis de Computis et Scripturis”. Neste tratado é descrito, pela primeira vez, a forma de escriturar as contas através do método das partidas dobradas, atualmente ainda utilizado. Pacioli também refere que o principal objetivo da contabilidade é o de transmitir ao dono, de forma rápida, informação acerca dos seus bens, que compõem o ativo, e as suas dívidas, que formam o passivo, bem como a base para a concessão de crédito (Alves e Costa, 2001; Borges *et al.*, 2014).

Nos anos 50, a contabilidade era definida pelo *American Institute of Certified Public Accountants* como o “ato de registar, classificar e sumariar de uma forma organizada e em termos de unidades monetárias, as transações e eventos que são, pelo menos em parte, de natureza financeira, de forma que permita a sua interpretação subsequente” (Borges *et al.*, 2014). Todavia, já nos anos 70, esta era definida pelo mesmo instituto como tendo a

finalidade de “fornecer informação quantitativa, em primeira instância de natureza financeira, sobre entidades económicas, que se assume como sendo útil na formulação de decisões de natureza económica”. Constata-se que a contabilidade passou de uma atividade de mero registo das transações para o fornecimento de informações de suporte à tomada de decisões.

Na perspetiva de Silva (1969), a contabilidade estava dividida em *strictu sensu* e *lactu sensu*. A contabilidade *strictu sensu* caracterizava-se por ser “uma técnica de registo e de representação de todas as transformações sofridas pelo património de qualquer entidade económica durante o exercício da sua atividade, de modo a saber em qualquer momento a sua composição e o seu valor”. De forma mais abrangente, a contabilidade *lactu sensu* era descrita como a “ciência dos processos descritivo-quantitativos utilizados na análise, registo, interpretação e controlo dos factos de gestão”.

Para Estes (1992), a contabilidade é também um elemento essencial ao planeamento, controlo, avaliação de desempenho e relato financeiro para os vários utentes da informação.

Borges *et al.* (2014) afirmam que a contabilidade estava associada, inicialmente, às empresas comerciais, tendo apresentado uma maior importância quando passou a ser implementada nas empresas industriais. Apesar de ser entendida como uma técnica de registo dos factos patrimoniais, a contabilidade tem atualmente objetivos mais abrangentes. É reconhecida como uma fonte de informação sobre a situação da empresa e a sua atividade, fornece informação para a tomada de decisões de gestão, permite verificar o cumprimento das obrigações legais e fiscais por parte da organização e de terceiros para com esta, apurar o resultado e perceber qual o valor gerado para o investidor, assim como o impacto da ação da empresa na atividade humana e no meio onde se insere (Alves e Costa, 2001).

A contabilidade não se limita a recordar o passado e a compreender o presente, mas também permite projetar o futuro, por meio do planeamento da atividade e da definição e acompanhamento do alcance de objetivos (Alves e Costa, 2001). Assim, a contabilidade é uma componente importante da gestão, na medida em que fornece, de forma sistematizada e através das demonstrações financeiras (DF), informação sobre a posição financeira, o desempenho económico e o desempenho financeiro.

Para Soares (2010), a contabilidade varia em função da dimensão da unidade económica em estudo e da complexidade das operações. Todavia, os seus objetivos, quer seja uma entidade pública ou privada, são os mesmos.

Na opinião de Belfo e Trigo (2013), as principais preocupações inerentes à contabilidade estão relacionadas com: a contabilização das operações, a produção de relatórios externos e internos, a regulamentação, incluindo auditorias internas e a conformidade com requisitos regulamentares e impostos, a identificação e análise de opções estratégicas, e a implementação de controlos internos.

Segundo Monteiro (2013) e Alves e Costa (2001), a contabilidade visa mensurar os elementos patrimoniais da empresa, fornecer dados contabilísticos que permitam a análise da situação económico-financeira bem como o controlo dos ativos, dos passivos e do capital próprio. Deve facultar às entidades estatísticas os elementos necessários à Contabilidade Nacional e às entidades fiscais as informações necessárias à tributação da riqueza concebida na empresa. Garante também o apuramento dos resultados nas diversas atividades, a determinação e o controlo dos custos dos produtos, serviços e funções, e permite a preparação e o controlo de políticas, planos, programas e orçamentos, quer das empresas, quer dos países.

A informação contabilística, em articulação com os recursos técnicos, humanos e financeiros pode fomentar uma “cadeia de criação de conhecimento” (Lopes, 2013), sendo o suporte para a tomada de decisões empresariais. A análise económico-financeira, por meio do cálculo de certos indicadores, permite a formulação de um diagnóstico do desempenho global da empresa e, por conseguinte, apoiar na procura de estratégias que otimizem o modelo de gestão atual e melhorem os resultados alcançados.

2.2. A contabilidade em Portugal

O forte crescimento das economias dos países da União Europeia e a necessidade de alinhamento do normativo contabilístico português com as normas internacionais de contabilidade conduziram a diversas alterações a nível contabilístico, em Portugal.

Na maioria dos países existe um organismo que tem por finalidade “emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos harmonizados, designadamente com as normas internacionais ou supranacionais da mesma natureza” (Borges *et al.*, 2014). No caso português, esse organismo é a Comissão de Normalização Contabilística.

A 15 de janeiro de 2003, a Comissão de Normalização Contabilística apresentou ao Governo um “Projeto de Linha de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística” (Borges *et al.*, 2014). Nesse documento, foram enunciados os principais motivos para uma maior aproximação de Portugal às Diretivas Contabilísticas e aos Regulamentos da União Europeia. Por um lado, destacaram-se as alterações na conjuntura económica e financeira ocorridas nos últimos anos, resultantes da globalização da economia e liberalização do comércio, da concentração das atividades empresariais, dos avanços dos sistemas de tratamentos de dados e telecomunicações e do desenvolvimento de grandes espaços económicos. Por outro lado, foi abordada a intensificação do movimento de internacionalização de empresas, como aquisições, fusões, surgimento de subsidiárias, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas (Rodrigues, 2018).

A normalização contabilística surge da necessidade de criar uma metodologia comum para várias unidades económicas com a finalidade de conseguir a comparabilidade de informações, a universalidade dos dados obtidos e a compreensibilidade pelos vários agentes económicos.

O Governo, com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e revoga o Plano Oficial de Contas e a sua legislação complementar, considerado o sistema contabilístico que vigorava até ao momento.

O SNC entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2010 e tem por base as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo compatível com as Diretivas Comunitárias, conforme é referido no preâmbulo do decreto em análise: “a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as Diretivas e Regulamentos Contabilísticos da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades do tecido empresarial português”. Esta convergência melhora o relato financeiro em Portugal ao permitir uma maior facilidade na análise e compreensão das demonstrações financeiras, o que proporciona informação mais transparente e gera uma maior confiança dos utilizadores das contas, além de simplificar o trabalho de auditoria e promover a livre circulação de capitais (Cravo *et al.*, 2009).

Conforme refere o Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, o SNC é um sistema de normalização baseado em princípios e não em regras fundamentado no modelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e que garante a comparabilidade com a Diretiva n.º 78/660/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1978 e a Diretiva n.º 83/349/CEE

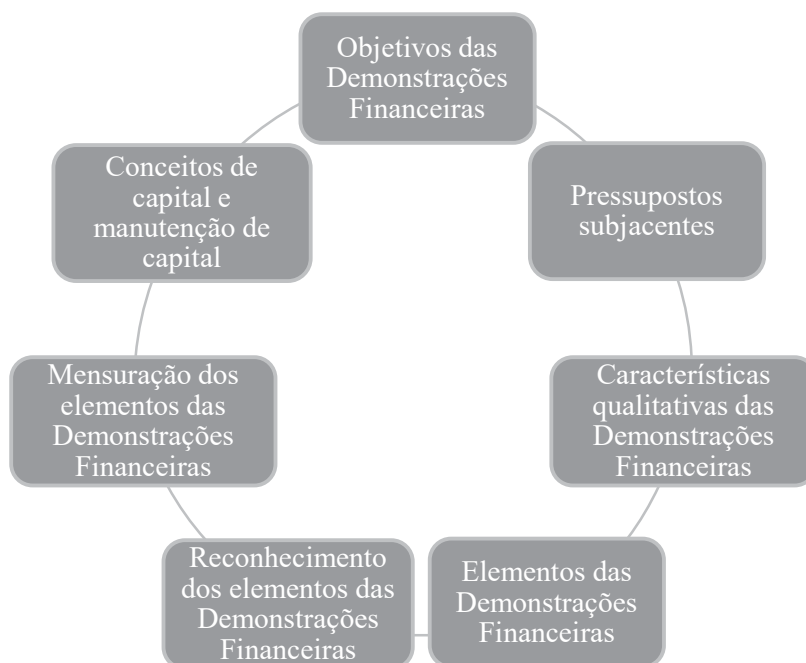
do Conselho, de 13 de junho de 1983, consideradas a 4.^a e 7.^a Diretivas Contabilísticas Comunitárias, respetivamente. Este sistema opõe-se a um regime baseado em regras, que determina um tratamento equitativo para uma diversidade de empresas que operam em contextos desiguais (Carmona e Trombetta, 2008).

A 2 de junho de 2015, através do Decreto-Lei n.º 98/2015, o SNC sofre algumas adaptações com a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2013/34/UE relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos, sendo alterada a Diretiva n.º 2006/43/CE, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e revogadas a 4.^a e a 7.^a Diretivas.

O SNC é composto pelos seguintes instrumentos fundamentais: a estrutura conceptual (EC), as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) e as Normas Interpretativas, segundo consta no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 98/2015.

A estrutura conceptual foi homologada pelo Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, e é um referencial que está subjacente a todo o SNC formado por um conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes e que, apesar de não ser uma norma, garante a consistência e a lógica de formulação das Normas e as suas interpretações (Borges *et al.* 2014). A sua finalidade é auxiliar os preparadores das DF na aplicação das NCRF, ajudar na formação de opinião acerca da aderência das DF às NCRF e apoiar os utentes na interpretação da informação contida nas DF (§ 3 da EC). Nos casos em que haja conflito entre a EC e as NCRF, os requisitos das NCRF prevalecem face à EC (§ 4 da EC). A Figura 1 apresenta os aspetos que são tratados pela EC, sendo analisados os pressupostos subjacentes à elaboração das DF e as características qualitativas.

Figura 1. Aspetos tratados pela Estrutura Conceptual



Fonte: Adaptado do parágrafo 5 do Aviso n.º 8254/2015

As demonstrações financeiras integram o processo de relato financeiro e englobam o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações na posição financeira, a demonstração dos fluxos de caixa e notas ou outras demonstrações e material explicativo (§8 da EC). São publicadas, por regra, anualmente (§9 da NCRF 1 aprovada pelo Aviso n.º 15655/2009).

O balanço expõe informação acerca da posição financeira da empresa, que pode ser analisada através dos recursos que a entidade utiliza, o ativo, e da forma como estes estão a ser financiados, o capital próprio e o passivo (Araújo *et al.*, 2013). Evidencia os ativos correntes e os passivos correntes que permitem verificar, em primeira instância, a variação face ao período anterior e a situação de liquidez da empresa. Os ativos não correntes, em comparação com o período homólogo, podem indicar se existiram investimentos ou desinvestimentos. Por fim, o capital próprio e o passivo não corrente possibilitam a análise da evolução do património dos detentores de capital e das obrigações que ultrapassem um ano (Rodrigues, 2018).

A demonstração de resultados por naturezas representa o desempenho económico e evidencia os rendimentos e os gastos do período que permitem apurar o resultado líquido, que é apresentado no capital próprio do balanço, evidenciando o desempenho da gestão no período de relato (Araújo *et al.*, 2013).

A demonstração das alterações no capital próprio corresponde a uma tabela de dupla entrada que contém as rubricas do capital próprio tipificadas no balanço como principais fatores para variações do capital próprio. Apresenta, de forma separada, as variações que decorrem de operações com os detentores de capital, como por exemplo, a realização ou reduções de capital, a distribuição de dividendos, prestações acessórias ou suplementares, e o resultado integral, que corresponde ao resultado líquido do período ajustado pelas alterações do capital próprio não incluídas no resultado líquido, traduzindo-se num conceito mais abrangente (Rodrigues, 2018).

A demonstração de fluxos de caixa expressa o desempenho financeiro e registra o *cash-in* e *cash-out* das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, a fim de apurar a variação de caixa e seus equivalentes entre dois períodos consecutivos (Rodrigues, 2018).

O anexo fornece informação diversificada e predominantemente qualitativa acerca das quatro demonstrações acima referenciadas e interliga-se com as mesmas através de uma coluna que surge no modelo de cada uma das demonstrações com notas numeradas e elaboradas por cada empresa em função das divulgações que deva fazer (§§ 43 e 44 da NCRF 1).

As demonstrações financeiras são preparadas atendendo a dois pressupostos: o regime do acréscimo e a continuidade (§§ 22 e 23). O regime do acréscimo refere que as transações são reconhecidas quando ocorrem independentemente do fluxo de caixa associado. Além disso, a informação também deverá ser preparada no pressuposto de que a empresa irá continuar a operar no futuro.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com a EC, deve atender a certas características qualitativas, nomeadamente a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade, a representação fidedigna, a substância sob a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos vários utentes e ser relevante para a tomada de decisão, ajudando na avaliação de eventos passados, presentes ou futuros. É considerada material quando a sua omissão ou inexatidão influenciam as decisões económicas dos utentes. Assim, cada situação deve ser contabilizada atendendo à relevância e à materialidade de cada entidade em específico. Para ser fiável, a informação deve estar isenta de erros materiais, de preconceitos e ser crítica, e deve representar fidedignamente as transações e outros

acontecimentos. A substância sob a forma refere que os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a substância e realidade económica. De acordo com a prudência, a informação deve incluir um grau de precaução no contexto das estimativas realizadas em condições de incerteza, enquanto a plenitude defende que a informação deve ser completa. Além disso, a informação deve ser comparável no tempo e entre empresas.

A preparação das demonstrações financeiras conduz a que, por vezes, não seja possível cumprir com todas as características qualitativas, surgindo constrangimentos à informação financeira relevante e fiável (§§ 43 a 45 da EC). Um dos constrangimentos prende-se com a tempestividade, isto é, com o *timing* da informação, dado que a demora no relato pode levar a perda de relevância. Além disso, os benefícios decorrentes da informação devem ser superiores aos custos da sua obtenção, devendo existir um balanceamento entre custo e benefício. Salienta-se também o facto de nem sempre ser possível cumprir com todas as características qualitativas e, por conseguinte, o profissional ter de fazer um juízo de valor em função da importância relativa de cada característica.

A Diretiva na qual o Decreto-Lei n.º 98/2015 se fundamenta reconhece “o papel significativo das pequenas e médias empresas na economia da União Europeia” e, por isso, estabelece como objetivos “a redução de encargos administrativos (...) e a simplificação de procedimentos de relato financeiro, a redução da informação nas notas anexas às demonstrações financeiras e a dispensa da preparação de demonstrações financeiras consolidadas para grupos de pequenas empresas”. Assim, pretende-se minimizar a burocracia nas pequenas e médias empresas com vista a alavancar a produtividade.

Com a implementação do SNC e, conforme consta do Decreto-Lei n.º 98/2015, passam a existir em Portugal quatro níveis de referenciais contabilísticos, que atendem aos critérios de dimensão e de exigências de relato de cada tipo de empresa (Lopes, 2013).

O primeiro nível relaciona-se com a aplicação das normas IAS/IFRS, sendo obrigatório para as empresas cujos valores mobiliários sejam admitidos à negociação em mercado regulamentado e para sociedades individuais cotadas, segundo o Regulamento (CE) n.º 1602/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. A aplicação é facultativa nas contas individuais da empresa-mãe e suas subsidiárias.

O segundo nível diz respeito às NCRF e é dirigido às empresas dos setores não financeiros que ultrapassem dois dos seguintes limites: total do balanço – 4.000.000 euros, volume de negócios líquido – 8.000.000 euros e número médio de empregados durante o período de 50. A aplicação das NCRF é opcional nas contas individuais da empresa-mãe e subsidiárias pertencentes a grupos cotados, e nas contas individuais da empresa-mãe e das entidades incluídas na consolidação de grupos não cotados, estando sujeitas à Certificação Legal de Contas.

O terceiro nível, NCRF-PE, é dirigido às entidades que à data do balanço não ultrapassem dois dos três limites: total do balanço – 4.000.000 euros, volume de negócios líquido – 8.000.000 euros e número médio de empregados durante o período de 50.

Relativamente ao quarto nível, através da publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as microentidades passam a ter um normativo contabilístico autónomo, a NC-ME, especificamente destinado a simplificar a contabilidade. Todavia, o Decreto-Lei n.º 98/2015, que revoga quase totalmente o decreto anterior, considera como microentidades as entidades que não ultrapassem dois dos três limites: total do balanço – 350.000 euros, volume de negócios líquido – 700.000 euros e número médio de empregados durante o período de 10. As microentidades podem optar por aplicar entre as NC-ME, as NCRF-PE ou as NCRF.

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 também implementou um regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, excetuando-se as cooperativas e as entidades que adotem as normas internacionais de contabilidade. Atendendo ao Decreto-Lei n.º 98/2015, as entidades do setor não lucrativo podem optar por aplicar as NCRF ou as IAS (*International Accounting Standards*), desde que para estas últimas tenham contas consolidadas ou integrem um perímetro de consolidação de uma entidade com contas consolidadas.

As Normas Interpretativas constituem um instrumento contabilístico de orientação e esclarecimento dos restantes instrumentos que compõem o SNC, conforme esclarece o Decreto-Lei n.º 98/2015.

Na opinião de Carvalho das Neves (2012), conclui-se que o SNC é aplicável a todas as entidades, salvo as empresas com valores cotados que aplicam as normas internacionais de contabilidade e as microentidades que têm um sistema contabilístico mais simplificado. Para Gonçalves *et al.* (2016), os modelos contabilísticos devem ser analisados numa perspetiva integrada, estando hierarquizados dos mais complexos para

os mais simples, partilhando, todavia, conceitos e princípios que permitem a transição entre níveis.

2.3. A contabilidade como sistema de informação e a sua importância para a tomada de decisões

A informação é considerada atualmente um elemento indispensável à sobrevivência das organizações, constituindo uma forma de reduzir a incerteza. Michael Porter (1986) defende que num cenário fortemente competitivo, o fator distintivo entre empresas assenta na forma como estas utilizam a informação, podendo ser considerada um fator crítico de sucesso.

Num mercado cada vez mais global, a instabilidade que as empresas enfrentam na sua envolvente e a adaptação a novas situações contribuem para que a necessidade de informação seja permanente, o que reforça a crescente importância dos sistemas de informação. De acordo com Monteiro (2013), um sistema de informação é definido como um “conjunto de componentes (humanas, materiais, tecnológicas e financeiras) inter-relacionadas que recolhe, processa, armazena e distribui informação para a tomada de decisão dos responsáveis da organização”.

A contabilidade pode ser entendida como um sistema de informação, visto que os factos contabilísticos são processados, de modo a produzir informação financeira que é disponibilizada aos vários utentes através das demonstrações financeiras. Bernstein e Wild (1998) afirmam que a análise destas minimiza a dependência de palpites e da intuição e, por consequência, reduz a incerteza na tomada de decisão, através da deteção das forças e fraquezas de natureza económica e financeira da entidade. Para Pinho e Tavares (2012), a análise das demonstrações “permite uma compreensão simultânea mais rápida e profunda das informações disponíveis, sempre com vista à sua utilidade percebida pelos utilizadores”.

A informação produzida pela contabilidade pode ser de natureza interna ou externa (Borges *et al.*, 2014). A contabilidade interna está direcionada para as atividades desenvolvidas internamente na empresa, focando-se no apuramento dos gastos, rendimentos e resultados por centros de custos ou por produtos. Já a contabilidade externa procura divulgar a informação para o exterior da organização, nomeadamente para os vários *stakeholders*.

Os utilizadores da informação contabilística, de acordo com Rodrigues (2018), são os investidores, os trabalhadores, os mutuantes, os fornecedores e outros credores comerciais, os clientes, os Governos e os seus departamentos, e o público em geral. Todos eles procuram satisfazer as suas necessidades de gestão.

Os investidores pretendem conhecer o risco inerente aos investimentos e a rentabilidade gerada pelos mesmos. No caso dos acionistas, estes estão interessados em saber se a empresa é capaz de gerar dividendos.

Os trabalhadores estão interessados em informação acerca da segurança e da rentabilidade dos empregadores e pretendem saber se a empresa tem capacidade de gerar remunerações, benefícios de reforma e oportunidades de emprego.

Em relação aos financiadores, estes procuram saber se os empréstimos e os juros serão pagos nas datas de vencimento acordadas.

Os fornecedores e outros credores comerciais têm interesse em saber se os prazos de pagamento serão cumpridos no que respeita às quantias que são devidas.

Os clientes estão interessados em perceber se a empresa vai continuar a operar no futuro, principalmente, se têm relações a longo prazo com a mesma.

Os Governos pretendem saber quais as atividades desenvolvidas pelas empresas, a fim de as regulamentarem, determinarem as políticas de tributação a aplicar e obterem dados para as estatísticas do rendimento nacional, entre outras.

O público é afetado pelas empresas, visto que estas fomentam o desenvolvimento das economias locais onde estão instaladas, por exemplo, ao nível da criação de postos de trabalho e do patrocínio dos fornecedores locais, sendo as demonstrações financeiras uma forma de traduzir as tendências da evolução da sua atividade.

Na ótica de Borges *et al.* (2014), a contabilidade constitui um *interface* entre a fonte de informação, a organização e os *stakeholders*. Contudo, está enquadrada no paradigma da utilidade dado que, ao satisfazer as necessidades dos diversos utilizadores, questiona-se a sua adaptação a todos eles, em simultâneo, ou aos diferentes interesses de cada um.

2.4. Divisões da contabilidade

Na ótica de Monteiro (2013), a contabilidade apresenta várias divisões em função dos critérios que são considerados, nomeadamente os organismos a que se destina, o período de revelação dos factos ou o objeto.

No que respeita aos destinatários da informação, a contabilidade subdivide-se em privada, pública e nacional.

A contabilidade privada tem como principal foco as famílias e as empresas e centra-se na melhoria da eficácia da gestão, com o objetivo de maximizar o lucro e os benefícios para a entidade (Santos e Saraiva, 2016).

Já a contabilidade pública traduz-se na formulação de previsões, como é o caso dos orçamentos do Estado e outros entes públicos, processamentos e contabilizações das receitas e despesas (Borges *et al.*, 2014). Na contabilidade pública, o principal documento de prestação de contas do Estado, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 80/2007, designa-se por Conta Geral do Estado, que contém todos os valores relativos às receitas e despesas do Estado e encerra o ciclo orçamental anual.

Por último, a contabilidade nacional é um sistema de revelação que tem por finalidade medir o rendimento nacional atendendo a duas vertentes – o valor da produção nacional num dado período e o rendimento nacional. A contabilidade nacional difere da contabilidade privada, dado que resulta de dados estatísticos que são fornecidos pelos vários setores da economia (Borges *et al.*, 2014).

Quanto ao período de revelação dos factos, distingue-se a contabilidade previsional, orçamental, apriorista ou *ex-ante* da contabilidade histórica, à posteriori ou *ex-post* (Monteiro, 2013).

A contabilidade orçamental expressa os resultados das previsões bem como a estrutura e a atividade expetável da entidade no futuro, por meio da elaboração de planos de atividade fundamentados e da definição de regras que delineiem as ações. Este tipo de contabilidade estabelece orçamentos, ou seja, documentos que resumem em números a atividade a desenvolver num futuro próximo.

A contabilidade histórica reflete o passado e mostra em que medida os objetivos estabelecidos foram alcançados, permitindo também obter uma visão retrospectiva da gestão. É determinante para a criação e o controlo da política previsional.

Em relação ao objeto existe, por um lado, a contabilidade financeira, patrimonial, geral ou externa e, por outro lado, a contabilidade analítica, interna, de exploração ou de custos. Na opinião de Pinto (2013), “a contabilidade financeira e de gestão são preponderantes na tomada de decisões e, como tal, aliadas ao desenvolvimento da empresa”.

A contabilidade financeira preocupa-se com o registo de todas as operações que ocorrem diariamente na entidade, a fim de fornecer informação relativa à sua situação patrimonial e financeira. É considerada como externa uma vez que o seu *output*, através da divulgação dos documentos económico-financeiros, possibilita a satisfação das necessidades de informação de todos os interessados (Gonçalves *et al.*, 2020). Destaca-se por ser uma contabilidade obrigatória por lei, com periodicidade definida e que serve de suporte ao processo de prestação de contas, estando sujeita a normalização nacional e internacional.

Um dos aspetos essenciais numa empresa industrial que produz e vende os seus próprios produtos é a contabilidade analítica. Neste tipo de empresa existe uma interação entre matérias-primas, mão de obra e equipamentos fabris da qual resultam bens que são produzidos e, posteriormente, colocados à disposição do cliente (Hoffman e Bateson, 2003). Assim, este campo da contabilidade assume uma maior importância ao permitir a determinação dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados (Borges *et al.*, 2014).

Segundo Caiado (2002), a contabilidade analítica caracteriza a contabilidade interna ao estar direcionada para o registo das operações internas da empresa e servir de apoio à tomada de decisões e controlo de gestão. Visa também o apuramento de resultados não globais, designadamente por produtos, departamentos, mercados, bem como os custos unitários nas várias fases de produção.

A contabilidade analítica, na perspectiva de Santos (1998), abrange “todos os custos com a produção ou fabricação, bem como os custos administrativos e financeiros e os custos de distribuição ou comerciais, dando apoio à gestão pela análise da evolução produtiva visto obter-se o cálculo dos custos nas suas diversas fases, quer unitários quer totais, até à venda dos produtos, com o respetivo apuramento de resultados”. Assim, a contabilidade analítica baseia-se na mensuração, acumulação e controlo dos custos permitindo, após uma análise aos mesmos, modificar o sistema com o propósito de otimizar os resultados obtidos, a quantidade produzida e a qualidade dos produtos fabricados (Santos, 1998).

De acordo com Ferreira (2019), a contabilidade analítica deve transmitir informação sobre cada departamento da empresa acerca dos custos, rendibilidades e indicadores não-monetários e contribuir para a eficiência e eficácia na utilização dos recursos, recorrendo-se à elaboração de orçamentos, à análise de desvios e a adoção de medidas corretivas. O Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (2012) acrescenta ainda que

este tipo de contabilidade faz o apuramento de resultados em períodos mais curtos, em regra, mensal, e utiliza o sistema de inventário permanente.

Em conclusão, a contabilidade surgiu da necessidade de ultrapassar as limitações da memória e acompanhou o desenvolvimento civilizacional. Inicialmente, estava associada ao registo das operações e das transformações ocorridas no património passando progressivamente a abranger objetivos mais globais ao fornecer aos vários utentes informações que permitam a análise da situação económico-financeira da entidade. Portugal acompanhou o processo de normalização contabilística ao aprovar o SNC, que fomentou uma maior transparência e compreensão das demonstrações financeiras, elaboradas segundo os pressupostos e as características qualitativas da estrutura conceptual. O SNC também tipifica quatro referenciais contabilísticos em função da dimensão e exigências de relato de cada entidade. A contabilidade apresenta várias divisões sendo que, numa empresa industrial, a contabilidade analítica tem um maior relevo, pois visa o apuramento e controlo dos custos unitários dos produtos nas várias fases de produção e a comparação com os resultados.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA FÁBRICA DE TABACO MICAELENSE, S.A.

Este capítulo tem como objetivo analisar um conjunto de temas inerentes à caracterização da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A., designadamente a apresentação e história da empresa; a missão, visão, estratégia e objetivos; a estrutura organizacional; os produtos, clientes e fornecedores; e a posição competitiva.

3.1. Apresentação e história da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.

A Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A. tem sede social na Rua José Bensaúde, n.º 42, em Ponta Delgada, São Miguel. Está matriculada na Conservatória de Registo Comercial como sociedade anónima e o seu número de identificação fiscal é 512003351. O capital social é de 1.471.135 euros, sendo constituído por 294.227 ações ordinárias, cada ação um valor nominal de 5 euros.

A FTM, considerada uma média empresa, tem como principal atividade a produção e venda de tabaco manufacturado e enquadra-se no CAE 12000 – Preparação de tabaco.

A abolição do monopólio do tabaco a partir de 1 de janeiro de 1865, em consequência da promulgação da lei régia de 13 de maio de 1864, fomentou um crescimento dos investimentos no setor tabaqueiro, onde se enquadra a criação da Fábrica de Tabaco Micaelense.

Fundada a 16 de abril de 1866 por José Jácome Correia, Clemente Joaquim da Costa, Abraão Bensaúde e José Bensaúde, este último considerado o fundador e sócio principal, a primeira fábrica de tabaco a surgir na região teve inicialmente as suas instalações localizadas na Rua da Trindade, em Ponta Delgada, sendo transferidas para a Rua José Bensaúde, a 8 de maio de 1972. Nos primeiros anos, a FTM apostou na diversidade de produtos, entre os quais se destacavam os cigarros, charutos, picados e rapé.

A década de 1880 foi marcada pelo contributo que a FTM teve para os Açores, ao nível do investimento industrial, que representava cerca de 41% do existente na Região, e da aposta em mão de obra do sexo feminino, sendo uma forma de incluir uma classe que tendencialmente era excluída do trabalho remunerado e permitir a sua emancipação.

De acordo com Fábrica de Tabaco Micaelense (2019), a empresa apresentou vários estatutos jurídicos: “sociedade em nome individual, em 1866; sociedade em comandita por ações, em 8 de novembro de 1888; sociedade em comandita simples, em 31 de janeiro de 1892; sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em 3 de novembro de 1951.”.

A 13 de maio de 1975, através da promulgação de decreto-lei, ocorreu a nacionalização da Fábrica de Tabaco Micaelense, passado o Estado a deter todo o património. A 20 de agosto de 1980, um novo decreto-lei transferia-o para a Região Autónoma dos Açores e, no ano seguinte, a FTM passava a ser considerada uma empresa pública regional. O período conturbado durante o qual a FTM esteve sob a gestão do Estado conduziu a que, através da publicação de um novo decreto-lei, a Fábrica passasse, a 9 de maio de 1995, a ser uma sociedade anónima e fosse reprivatizada. Nesse ano, a Região vendeu 80% do capital que detinha na FTM à SAI - Sociedade Atlântica de Investimentos, SGPS, S.A., considerada uma sociedade gestora de participações sociais noutras sociedades. Em 1996, a Região vendeu 10% da sua participação, ficando o capital da FTM distribuído do seguinte modo: 80% pertencente à SAI, 10% na posse da Região, na forma de uma “*golden share*” até 2008, e os restantes 10% detidos por pequenos acionistas, emigrantes e trabalhadores da empresa.

De acordo com Dias (2011), a partir de 2001, com a globalização, a FTM passou a implementar nos negócios o princípio de gestão “pensar globalmente e agir localmente”. Em 2002, a empresa comprou direitos sobre marcas de charutos e cigarrilhas à Tabaqueira; em 2008, estabeleceu um contrato para a produção de marcas sob licença com a Imperial Tobacco; e, em 2013, conseguiu celebrar um contrato com a Japan Tobacco Internacional (JTI) para produzir sob licença.

A FTM, de forma a assumir uma maior responsabilidade pelos seus impactos ambientais e sociais, aderiu, em 2006, ao projeto “Práticas RS – Responsabilidade Social nas PME” desenvolvido pela Associação Portuguesa para a Qualidade e pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial. A adesão a este tipo de projetos permite promover a qualidade dos produtos oferecidos e sustentar uma “cultura de transparência, seriedade e rigor”.

O ano de 2009 foi marcado pela aquisição da empresa Tabacom, S.A., localizada na Madeira, que se dedica à distribuição de tabacos e detém cerca de 50% do mercado.

Em 2016, entrou em vigor nova legislação antitabágica, passando as embalagens de produtos de tabaco a apresentar imagens relativas aos efeitos nefastos do consumo destes bens e a sensibilizar para a saúde.

O ano de 2017 destacou-se pela compra da empresa Azoriani, que detém o hotel Confort Inn, uma unidade de três estrelas localizada em Ponta Delgada, e pela

requalificação de cinco casas amarelas contíguas à Fábrica destinadas ao alojamento local.

Em 2019, deu-se a compra da sociedade Carlos Soares de Mendonça & C.^a, Lda., cuja atividade é o comércio de tabaco por grosso, e a FTM continuou a adotar uma gestão ponderada dos recursos, mantendo o foco na qualidade dos produtos que comercializa.

3.2. Missão, visão, estratégia e objetivos

Segundo Cardoso (1998), a missão expressa a razão da existência de uma organização e o contributo que pretende transmitir à sociedade. Deve definir a área de negócio em que a empresa atua, abrangendo os produtos que oferece, os mercados em que se insere e as necessidades que visa satisfazer. No caso da organização estar presente em vários setores de atividade distintos entre si, a definição do negócio pode não ser tão precisa e estar interligada ao conceito de sinergias. A missão também deve determinar o modo de atuação dos colaboradores, sendo uma referência para a definição de objetivos.

A FTM tem como missão fornecer produtos de tabaco de excelente qualidade organolética e de elevado valor perceptível para os consumidores, tal como consta do Manual de Qualidade, Ambiente e Segurança da empresa (Fábrica de Tabaco Micaelense, 2011). A primazia pela qualidade dos produtos oferecidos constitui uma forma da empresa garantir a fidelização dos clientes e de se destacar face à concorrência.

Para Kreitner (2013), a visão representa as aspirações futuras de uma empresa e implica a projeção de uma rota para o alcance dos objetivos de longo prazo, devendo ser repensada tendo em conta a realidade e servir de inspiração aos colaboradores.

Como visão, a FTM pretende ser uma empresa racional e responsável, mobilizando todos os colaboradores, fornecedores e parceiros a fim de fornecer a todos os clientes um produto e serviço de qualidade indiscutível (Fábrica de Tabaco Micaelense, 2011).

A estratégia pode ser entendida como um meio através do qual os indivíduos ou as organizações alcançam os objetivos (Grand e Jordan, 2015). O conceito de estratégia implica, assim, o foco na obtenção de determinados objetivos, a alocação de recursos e a consistência, integração ou coesão. Teixeira (2011) afirma existirem diversas estratégias genéricas globais que uma empresa pode seguir, tipificando-as em estratégias de crescimento, de estabilidade, defensivas e combinadas.

Ao longo do percurso histórico da FTM constata-se a adoção de vários tipos de estratégias. De entre as mais recentes, é de realçar a compra da empresa Tabacom, S.A. e

da sociedade Carlos Soares de Mendonça & C.^a, Lda, a qual constitui uma estratégia de crescimento a nível geográfico, abrangendo as ilhas Madeira e São Miguel. Em termos mais restritos, caracteriza-se por ser uma integração vertical a jusante, dado a FTM ter adquirido duas empresas de distribuição. A compra do hotel Confort Inn e a requalificação das Casas Amarelas são consideradas estratégias de diversificação, pelo facto de a Fábrica assinalar a sua entrada no setor do turismo. Atualmente, o mercado do tabaco enfrenta uma contração muito ligeira, sendo expetável que a FTM continue a operar nos próximos anos. O setor da distribuição é um setor que gera valor acrescentado e, atendendo à expansão da área de outros produtos de tabaco aquecido, a empresa pretende apostar na distribuição desses produtos.

De acordo com Teixeira (2011), os objetivos expressam o compromisso da organização em atingir um resultado mensurável num determinado espaço temporal. Estes apresentam um conjunto de características, nomeadamente devem ser hierarquizados, consistentes entre si, mensuráveis em quantidade e em valor, calendarizados e alcançáveis.

Conforme a Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, a FTM define como objetivo principal oferecer produtos e serviços que visem a satisfação das necessidades dos clientes e parceiros de negócio, através da implementação de práticas responsáveis. Para a concretização deste objetivo, a empresa aposta na qualidade dos produtos de tabaco, com particular destaque para as marcas próprias, a fim de proporcionar aos clientes um produto de valor superior. A Fábrica também preserva as relações com os parceiros para a produção e comercialização de cigarros de marcas nacionais e internacionais cumprindo com as condições acordadas. O aprofundamento das relações que a Fábrica estabelece com fornecedores e distribuidores constitui uma forma de impulsionar o alcance de melhores soluções, a maximização de valor e a satisfação. Adicionalmente, a empresa procura minimizar os impactos ambientais decorrentes da sua atividade e garantir a segurança dos colaboradores, cumprindo com as imposições legais e incentivando a formação profissional.

Por forma a contemplar diversos níveis de atuação, a FTM procura alcançar objetivos de carácter global, designadamente a diversificação de clientes e mercados; o aperfeiçoamento das técnicas comerciais; a comercialização de uma gama de produtos mais vasta; o incremento das receitas; a melhoria da capacidade de gestão de informação; e a melhoria da competitividade.

3.3. Estrutura organizacional da empresa

Para Chiavenato (2004), a estrutura organizacional é uma “cadeia de comando” que permite aferir as relações entre líderes e liderados e a posição que cada um ocupa na organização como um todo. Por sua vez, Teixeira (2011) considera que esta consiste no estabelecimento de relações formais entre grupos e indivíduos que compõem a organização. Pode ser apresentada através de um organograma, uma representação esquematizada das interações entre os vários departamentos e as funções que lhes estão associadas. Existem vários tipos de estruturas: simples, funcional, divisionária, por projetos, matricial ou em rede.

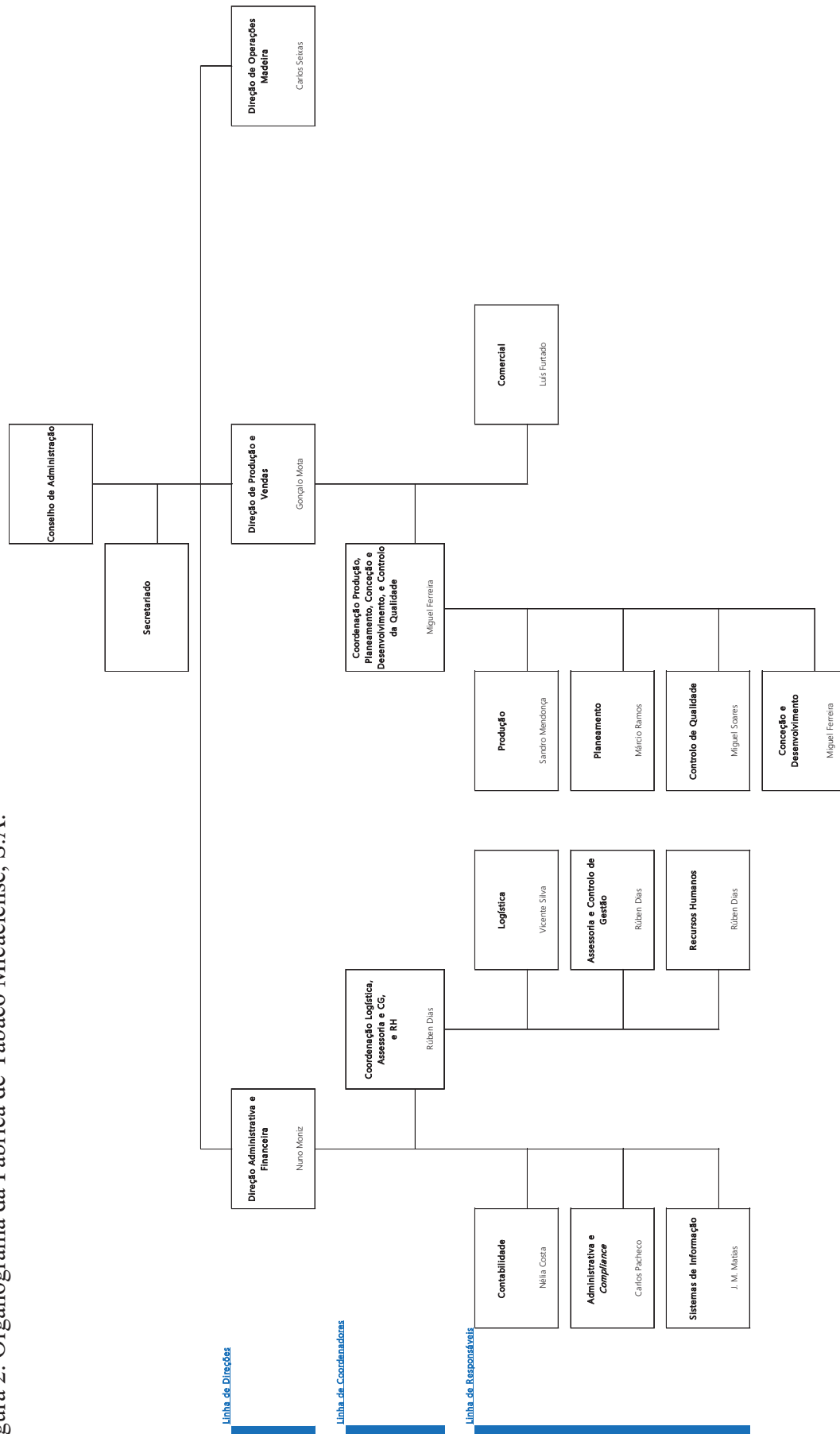
A estrutura organizacional da FTM caracteriza-se por ser uma estrutura funcional, baseada na delegação de autoridade pelos vários departamentos e na definição dos responsáveis por cada área da organização (Cunha *et al.*, 2004). A maior complexidade do processo produtivo e o desenvolvimento de novos produtos têm contribuído para um aumento do número de trabalhadores e das suas habilitações, contando a empresa, em janeiro de 2021, com noventa e oito trabalhadores, dos quais cerca de cinquenta estão afetos à área de produção e os restantes estão divididos pelos outros departamentos. O organograma, disponibilizado pela empresa, está exposto na Figura 2 e encontra-se subdividido por Direções, Coordenações e Áreas, apresentando-se de seguida algumas das funções inerentes às áreas da organização e suas dependências.

O Conselho de Administração tem como funções representar a empresa e garantir a gestão e o controlo de todas as operações relativas ao objeto social; proteger os interesses de acionistas, colaboradores, clientes e outros *stakeholders*, ao longo do ciclo de vida da organização; aprovar o orçamento anual e os planos de atividade e financeiros; promover a articulação da empresa com parceiros comerciais e fornecedores críticos; e assegurar o alinhamento da organização aos desafios impostos pelo contexto situacional.

O Secretariado dedica-se à receção da correspondência e à sua distribuição pelos departamentos, ao atendimento telefónico e o reencaminhamento de chamadas para os colaboradores; efetua o tratamento de documentação solicitada pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos; recolhe notícias relacionadas com a empresa ou com o mercado; e verifica a entrada em vigor de nova legislação.

A estrutura orgânica da empresa foi atualizada a 1 de janeiro de 2021 e distingue três tipos de direções: a Direção Administrativa e Financeira, a Direção de Produção e Vendas, e a Direção de Operações Madeira (Fábrica de Tabaco Micaelense, 2021).

Figura 2. Organograma da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.



Fonte: Estrutura Orgânica da FTM (Fábrica de Tabaco Micaelense, 2021)

Nesta estrutura, a Direção Administrativa define e coopera com o Conselho de Administração ao nível da política de recursos humanos, elabora o plano de compras, atendendo à política de aprovisionamento e *stocks* e ao plano de produção; realiza estudos para a tomada de decisões ao nível da política de financiamentos; garante a existência de um conjunto de sistemas técnicos e administrativos que permita uma gestão adequada dos colaboradores pelos responsáveis de cada departamento; monitoriza todos os contratos com os quais a empresa está envolvida e garante a manutenção das marcas da empresa; elabora o orçamento anual e o apuramento periódico de resultados.

A Contabilidade tem como principais funções garantir o correto registo dos movimentos contabilísticos; efetuar a conferência de contas; controlar se os pagamentos e recebimentos são efetuados conforme os prazos definidos internamente; valorizar o tabaco, as matérias-primas e os demais produtos, a fim de determinar o custo dos produtos fabricados; proceder ao apuramento dos resultados por atividades e funções e à imputação dos consumos e custos pelos produtos e atividades; preparar as demonstrações financeiras e toda a informação necessária à tomada de decisão do Conselho de Administração.

A Área Administrativa e *Compliance* procede ao controlo dos contratos em que empresa seja parte integrante, excetuando-se os relacionados com contratos de trabalho e postos de venda; verifica os registos das marcas da empresa; confere o registo dos bens móveis e imóveis; e averigua o cumprimento da legislação, emitindo relatórios periódicos acerca dos níveis de cumprimento.

Em relação ao departamento de Sistemas de Informação compete-lhe zelar pela segurança interna e proteção de dados; apoiar os utilizadores; estabelecer a coordenação com todos os departamentos, por meio de sistemas de dados informáticos; e desempenhar tarefas relacionadas com a divulgação da imagem da empresa.

A Logística efetua os pedidos e assegura o abastecimento de tabaco, matérias-primas e outros materiais; confere as quantidades recebidas, a qualidade dos bens e procede à arrumação e separação física dos mesmos de acordo com o tipo de material, a validade e a sua finalidade; garante a existência do sistema de inventário permanente através do controlo de inventários e da gestão de armazéns com base na verificação de movimentos e no fluxo de informação; monitoriza a limpeza dos armazéns que estão sob a sua responsabilidade; zela pela conservação das viaturas da empresa, dos equipamentos de cargas e descargas, dos climatizadores e de outros equipamentos necessários à produção, com o intuito de preservar a qualidade e a segurança.

A área de Assessoria e Controlo de Gestão dedica-se a dar seguimento aos objetivos estabelecidos pela Direção Administrativa e Financeira.

A secção de Recursos Humanos procede à implementação das políticas de pessoal e à preparação de informação necessária à empresa e aos organismos oficiais; está encarregue do processamento de ordenados, das contribuições para a Segurança Social, dos fundos de pensões e de toda a fiscalidade associada; certifica-se da correta aplicação dos contratos de trabalho e da existência de um plano de formação; e organiza e atualiza o *dossier* de medicina do trabalho e os processos individuais dos trabalhadores.

A Direção de Produção e Vendas, em conjunto com o Conselho de Administração, define a política produtiva da empresa, garante a sua execução e que o processo de transformação de tabacos e outras matérias-primas decorre nas condições de segurança e produtividade; assegura o cumprimento da legislação em relação à rastreabilidade dos produtos, a qualidade dos produtos fabricados e a manutenção dos equipamentos industriais; controla a distribuição dos produtos FTM, podendo elaborar e modificar as suas especificações, e das marcas sob licença; comunica às autoridades competentes os ingredientes que integram os produtos; informa as autoridades de saúde acerca da criação de novos produtos ou alteração dos existentes; garante a segurança das pessoas e supervisiona os serviços de segurança e vigilância; propõe políticas de promoção e penetração no mercado, quer das marcas próprias, quer das marcas produzidas sob licença; determina, nos mercados Açores e Madeira, a posição relativa dos produtos e dos produtores; controla os contratos com postos de venda; garante o cumprimento dos contratos de distribuição dos clientes em relação aos quais a FTM produz sob licença e a disponibilização controlada de documentação confidencial acerca de especificações de produto, manual de controlo de qualidade e procedimentos técnicos.

O departamento de Produção está incumbido do cumprimento dos planos de produção e da organização das várias fases de produção; disponibiliza os dados para a imputação da mão de obra e das matérias-primas à secção de planeamento; assegura conservação dos equipamentos produtivos; garante a operacionalidade dos sistemas de produção em conjuntos com a área de Sistemas de Informação e o cumprimento com a legislação em vigor ao nível da rastreabilidade dos produtos acabados. Este departamento subdivide-se na secção de cigarros e na secção de charutos e cigarrilhas.

O departamento de Conceção e Desenvolvimento, em parceria com a Direção de Produção, está encarregue da criação de novos produtos e das alterações necessárias aos existentes, em conformidade com a lei.

Ao Planeamento cabe a conceção dos planos de produção e o apuramento das necessidades de matérias-primas; o apoio à secção de Logística na gestão de *stocks* dos armazéns; a elaboração de documentos de controlo da produção, matérias-primas, produtos acabados e existências, e de imputação da mão de obra, do rendimento das máquinas e dos tabacos; e o auxílio a outras secções no apuramento dos dados necessários à contabilidade analítica.

A secção de Controlo de Qualidade verifica e controla a qualidade de todos os produtos na fase de fabrico, segundo padrões definidos, bem como a qualidade das matérias-primas e produtos na receção e nos armazéns; elabora estatísticas de vários parâmetros de qualidade para perceber a sua evolução; regista os ingredientes pertencentes aos produtos da empresa; e segue o início das produções de rótulos, etiquetas e outras embalagens junto dos fornecedores.

O departamento Comercial colabora na conceção da imagem da empresa e dos produtos; estabelece o contato com os clientes e promove parcerias; organiza a criação de campanhas e eventos; gere a atividade dos promotores de vendas, das redes grossistas e armazenistas; e controla a evolução das vendas.

Por fim, a Direção de Operações Madeira assegura a implementação das políticas definidas pelo Conselho de Administração e pelas Direções, assim como a logística e distribuição das marcas FTM e sob licença.

3.4. Produtos, clientes e fornecedores

Um produto refere-se ao conjunto de bens e serviços que integram a oferta de uma empresa, apresentando um determinado custo de produção e sendo comercializado a um dado preço. Segundo Kotler (2012), um produto é “tudo o que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer uma necessidade ou um desejo”.

A FTM dedica-se à produção e comercialização de cigarros, charutos e cigarrilhas com e sem filtro, e à venda de *heets* (tabaco aquecido). Para tal, tem duas unidades de produção, sendo uma destinada à produção de cigarros e a outra reservada à produção de charutos e cigarrilhas, e dispõe de vários armazéns de matérias-primas e produtos acabados. As principais mercadorias incorporadas na produção de tabaco são o tabaco, os

filtros, o papel de enrolar e os materiais de embalagem. O abastecimento destes materiais faz-se através da Tabaqueira em relação às marcas produzidas sob licença e através de fornecedores próprios para as marcas próprias.

No segmento dos cigarros, a FTM tem como marcas próprias FM, Alto Mar, Danilos e Play. No âmbito dos charutos produz D. Paco, Real Feytoria, Cogiva e D. Pedro. As marcas de cigarrilhas com filtro são DK, Bairro e Play Squizz, e sem filtro são Pérolas, Carioca, Cogiva e Real Feytoria.

A Fábrica privilegia o relacionamento com as empresas em relação às quais produz sob licença. Através de acordos que celebra com a Tabaqueira, empresa subsidiária da Philip Morris International, a FTM produz marcas de cigarros como SG, Marlboro, Chesterfield, L&M e Português Vermelho. Para a Imperial Tobacco são fabricadas as marcas John Player SP e John Player SP American Red. Em parceria com a JTI, são produzidas as marcas Camel e Winston.

Como forma de dar resposta à crescente procura por novos produtos de tabaco, designadamente o tabaco aquecido e os cigarros eletrónicos, a FTM iniciou em 2018 a distribuição exclusiva de *Heets Sticks* para os mercados dos Açores e da Madeira. Os *heets* são utilizados num aparelho designado IQOS, que aquece o tabaco, preservando o sabor original. Distingue-se dos cigarros porque, em vez de produzir fumo, liberta um aerossol com nicotina.

As vendas da FTM estão subdivididas, por um lado, em produtos acabados e, por outro, em mercadorias, e têm como principais destinos o mercado dos Açores e da Madeira. Em 2019, as vendas de produtos acabados e mercadorias rondavam os 43,44% nos Açores, e os 55,56% na Madeira, sendo o mercado madeirense o que apresenta uma maior expressão. Relacionado com o processo de tabaco, a FTM apresenta ainda no seu volume de negócios um montante de prestação de serviços na sua maioria relativo aos vários *fees* que a empresa fatura em função das vendas e da produção de marcas sob licença.

Para Peppers e Rogers (2005), o único valor que uma empresa é capaz de gerar é o valor que obtém dos atuais e dos futuros clientes. No caso da FTM, os clientes com maior volume de faturação são a Tabacom – Comércio de Tabacos, Lda., a Dismade - Distribuição da Madeira, S. A., a Carlos Soares Mendonça & C.^a, Lda., considerados distribuidores oficiais estrategicamente localizados, e a Tabaqueira II, S.A., devido ao processo de negócio de compra e venda dos produtos sob licença da mesma.

Em relação aos fornecedores, estes garantem às empresas os *inputs* necessários à produção de bens e prestação de serviços, podendo constituir uma vantagem competitiva sobre a concorrência. Lisboa *et al.* (2007) afirma que “são os agentes económicos que fornecem a todas as empresas de uma indústria as matérias-primas, os serviços, a energia, os equipamentos e o trabalho necessários ao seu funcionamento.” A FTM tem como principal fornecedor a Tabaqueira II, S.A., visto que compra à mesma as matérias-primas relacionadas com os produtos que são fabricados sob licença.

3.5. Posição competitiva da empresa

Segundo Mankiw (2008), existem dois tipos de estruturas de mercado: a concorrência perfeita e a concorrência imperfeita, que engloba o monopólio, o oligopólio e a concorrência monopolística.

No caso específico da FTM, a empresa opera em São Miguel e compete ao nível da produção e da comercialização com a EMT - Empresa Madeirense Tabacos, S.A., proprietária da Fábrica de Tabaco Estrela, S.A. De entre os vários produtos de tabaco que a EMT oferece, é de destacar os cigarros da marca Além Mar, Boa Viagem e Estrela, e os charutos “Robusto” (Melo, 2019).

Ambas as empresas laboram num sistema de duopólio. Este sistema caracteriza-se pela existência de duas concorrentes que apresentam um poder significativo sobre o mercado face a uma situação de concorrência perfeita, e por um elevado número de consumidores. O produto, neste caso o tabaco, é pouco diferenciado e existem várias barreiras que dificultam a entrada de novas empresas, nomeadamente os custos de instalação.

As marcas da Tabaqueira, Imperial e JTI também podem ser consideradas como concorrentes, dado que estão associadas a produtos de tabaco. Por um lado, estas empresas são parceiras da FTM no que respeita à produção e comercialização. Por outro lado, são concorrentes no mercado de tabaco, dado que a procura pelos produtos destas marcas limita a procura e a comercialização das marcas próprias da FTM.

Em suma, a Fábrica de Tabaco Micaelense desenvolve a sua atividade industrial de fabricação de produtos de tabaco utilizando marcas próprias e marcas sob licença, e dedica-se à distribuição de *heets stiks*. A valorização do relacionamento com as empresas em relação às quais produz sob licença continua a ser um dos seus principais focos. A empresa atua nos Açores, num sistema de duopólio, e na Madeira, apostando na qualidade

dos produtos, no profissionalismo e na adoção de práticas responsáveis. A entrada em novos setores e o acompanhamento das novas tendências no mercado dos produtos de tabaco constituem uma forma da Fábrica fortalecer a sua presença na Região e proporcionar a satisfação dos clientes, garantindo a sua fidelização.

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Neste capítulo são descritas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Esta formação em contexto laboral decorreu na Fábrica de Tabaco Micaelense, no departamento de contabilidade, e teve a duração total de nove meses. As atividades realizadas podem ser classificadas em seis grupos: receção, lançamento e arquivo de documentos contabilísticos, práticas de controlo interno, contabilidade analítica, obrigações fiscais, resposta a inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade e operações de fim de exercício.

4.1. Receção, lançamento e arquivo da documentação

Na Fábrica de Tabaco Micaelense, a documentação chega maioritariamente por correio e por *e-mail*. Todos os documentos dão entrada através de um carimbo que identifica a data de receção, bem como o departamento que lhe está associado.

A secção de contabilidade procede ao lançamento de todos os documentos, que são devidamente numerados com uma identificação interna e digitalizados, na função gestão do programa PHC. Existem faturas que são lançadas por meio de um *workflow* designado “Validação de Encomendas a Fornecedores”, uma ferramenta criada para se introduzir um mecanismo informatizado de aprovação de compras. Essas faturas são introduzidas pelo departamento de compras e logística que são os responsáveis pela elaboração da nota de encomenda e pela aprovação da fatura. A secção de contabilidade finaliza o lançamento, transformando a nota de encomenda em fatura, ficando disponível na conta corrente do fornecedor, e coloca a referência da conta contabilística que possibilitará a integração deste documento na contabilidade.

Os movimentos que forem efetuados diretamente na função contabilidade do programa PHC e todos os relacionados com integrações, isto é, com a passagem dos lançamentos da função gestão para a contabilidade, são agrupados em diários de compras, vendas, caixa, depreciações e amortizações, e documentos diversos.

Segundo o Núcleo de Arquivo (2021), entende-se por arquivo o “conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação”.

Na FTM, o arquivo é feito em pastas que agrupam por mês a documentação em função do assunto que trata. Na pasta “Diversos Gestão” são arquivadas as faturas, recibos,

despesas bancárias e na pasta “Logística” estão as compras efetuadas por essa secção que movimentam *stocks* e as despesas adicionais relacionadas com as mesmas. Todos os movimentos efetuados diretamente na função contabilidade são arquivados no *dossier* “Contabilidade”, no diário correspondente, e os mapas e cálculos efetuados na determinação dos custos dos produtos são colocados na pasta “Contabilidade Analítica”. Existem ainda as pastas “Conferências” e “Extratos Bancários” relativas ao fecho mensal de contas e, para cada obrigação fiscal, como é o caso das “Declarações Periódicas de IVA”, “Retenções de IRS e IRC”, “Modelo 10” e “Modelo 22” é aberta uma pasta onde são guardadas as declarações e os comprovativos de entrega, assim como todos os documentos que fundamentam as mesmas. Na FTM, a faturação está dividida em cinco *dossiers*: “Faturas Livres”, “Faturas Alfandegadas”, “Faturas – *Heets*”, “Faturas – Ofertas” e “Faturação Não Corrente”. Durante o estágio foram realizados lançamentos de vários tipos de documentos, procedendo-se ao arquivo dos mesmos nas pastas adequadas.

4.2. Práticas de controlo interno

O sistema de controlo interno abrange os métodos e procedimentos que são implementados numa entidade com a finalidade de assegurar a conduta eficiente das suas atividades e a fidedignidade dos registos contabilísticos. Constitui uma forma de detetar e corrigir de forma antecipada eventuais erros ou irregularidades, permitindo a elaboração de demonstrações financeiras periódicas, o controlo contabilístico de ativos e o alcance dos vários objetivos de gestão (Campbell e Hartcher, 2003).

Segundo COSO (2013), o controlo interno é definido como “um processo efetuado pela administração, gestão e outro pessoal, desenhado para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos relacionados com as operações, relato e conformidade”. Nogueira (2010) acrescenta que o controlo interno visa assegurar “a eficácia e eficiência das operações, a fiabilidade, a credibilidade e a exatidão do relato financeiro da informação e, ainda, a conformidade com as leis e os regulamentos que orientam a prática”.

4.2.1. Reconciliações bancárias

Uma das práticas de controlo interno que a FTM adota consiste na elaboração de reconciliações bancárias. De acordo com o artigo 63.º-C do Decreto-Lei n.º 398/98, é obrigatório que todos os sujeitos passivos de IRC e de IRS com contabilidade organizada

tenham, pelo menos, uma conta bancária que deverá ser utilizada unicamente para pagamentos e recebimentos relativos à atividade empresarial, facilitando, assim, a comparação dos extratos bancários com os registos contabilísticos.

As reconciliações bancárias permitem apurar as diferenças entre o saldo bancário e o saldo existente na contabilidade dado que, por vezes, existe um desfasamento temporal entre o lançamento contabilístico e o movimento bancário, podendo ocorrer também a duplicação ou a omissão de lançamentos. Macore (2017) afirma que constituem uma forma de controlar os cheques emitidos e ainda não descontados, permitem a conferência de entradas relativas a vendas e a vendas com cartão, possibilitam a verificação dos débitos relativos às comissões bancárias, o controlo de depósitos não identificados e as antecipações de recebimentos.

Na FTM, as reconciliações bancárias constituem uma forma de conferir as contas 12 – Depósitos à ordem e são feitas mensalmente, colocando-se em Excel o extrato bancário e a folha de caixa do respetivo banco para o mês em análise, retirada da função gestão, do programa PHC. Em seguida, os dados são ordenados e são eliminados os movimentos de igual valor, tendo em atenção a data e a descrição dos mesmos. É de realçar que um débito na folha de caixa corresponde a um crédito bancário, ou seja, a uma entrada de dinheiro, e vice-versa. Todos os movimentos que sobram são analisados, a fim de se perceber a origem dos mesmos. No caso de existirem movimentos na folha de caixa que não foram reconciliados, verifica-se se estes surgem na reconciliação do mês anterior, nos movimentos do banco que ficaram pendentes. Se estiverem no mês anterior, esses movimentos são dados como conferidos e eliminados da reconciliação. Caso contrário, permanecem na reconciliação do mês atual e são conferidos aquando da reconciliação do mês seguinte. É feita uma análise similar aos movimentos que ficam pendentes no extrato bancário, confrontando-os com a reconciliação do mês passado, em particular, com os movimentos não reconciliados na folha de caixa.

Terminada a conferência, elabora-se uma fita em que ao saldo da folha de caixa adicionam-se os débitos e subtraem-se os créditos que não foram reconciliados e que se encontram devidamente identificados. O mesmo procedimento é feito para o saldo do banco, somando-se os débitos e retirando-se os créditos pendentes no extrato bancário. Por fim, para verificar se a conferência foi efetuada corretamente, compara-se o valor das duas somas calculadas anteriormente que têm de ser igual.

No PHC, como forma de manter a conferência em sistema, no campo de “Extratos Bancários”, é aberto em cada mês um novo extrato, sendo efetuada a reconciliação de todos os valores em comum com o extrato bancário. No fim, o desvio encontrado deve ser zero ou igual à soma dos valores em aberto. Todos os extratos são digitalizados e arquivados fisicamente numa única pasta com a designação “Extratos Bancários”.

4.2.2. Conferência e fecho mensal de contas

A conferência mensal das várias contas que compõem o balancete constitui também uma prática de controlo interno realizada ao longo de todo o estágio.

Após todos os movimentos da função gestão estarem integrados na contabilidade procede-se à conferência das várias contas do balancete, iniciando-se com a conta 11 – Caixa. Esta é conferida com base nas folhas de caixa do PHC da FTM e da DST (distribuidores), esta última referente aos distribuidores existentes nas ilhas Terceira e Faial, com os extratos de conta que são retirados da função contabilidade. Por vezes, verifica-se que certos tipos de lançamentos não estão a movimentar as contas corretas, sendo necessário efetuar as devidas correções. O saldo registado na folha de caixa tem de ser sempre igual ao saldo final que surge no extrato de conta do respetivo caixa.

As contas correntes de clientes e de fornecedores são também acompanhadas mensalmente, visto que o cumprimento das obrigações para com estes influencia a adequada gestão de tesouraria e determina a criação de uma boa relação comercial.

Na FTM, as contas de clientes estão subdivididas em quatro tipos: clientes vendas de tabaco, clientes vendas de *heets* Açores, clientes vendas de *heets* Madeira e clientes vendas de *heets* distribuidores. Para a conferência, retira-se um balancete acumulado da contabilidade da conta 21 – Clientes e outras contas a receber e um balancete de conta corrente de clientes da função gestão, indicando-se o período que se pretende conferir e filtrando-se os clientes pelo seu número, atendendo aos tipos de clientes existentes. Este controlo permite perceber as faturas já pagas, se o valor do pagamento iguala o valor da(s) fatura(s), se os recibos correspondentes foram emitidos, possibilita a verificação das faturas ainda não regularizadas e, ainda, se todos os documentos lançados em conta corrente na função gestão estão devidamente contabilizados.

Em relação à conferência de fornecedores, extraem-se dois balancetes acumulados da contabilidade: um relativo à conta 22 – Fornecedores e outro da conta 2711 – Fornecedores de investimentos – contas gerais, assim como um balancete de conta

corrente de fornecedores da função gestão, indicando-se para o efeito a data inicial e final do mês. Como todos os lançamentos são efetuados na função gestão e só depois são integrados na contabilidade, torna-se essencial verificar se os saldos da função gestão são idênticos aos da contabilidade. Se forem distintos, retira-se um extrato de conta do fornecedor em análise e efetua-se a conferência do mesmo com todos os lançamentos que foram efetuados naquele mês, a fim de se averiguar a razão de tal diferença. A conta de fornecedores é de natureza credora, pelo que é fundamental conhecer o motivo dos saldos de fornecedores que estão devedores. Estes podem resultar da emissão de uma nota de crédito ainda não descontada ou de um pagamento adiantado por parte da FTM ou ainda de alguma fatura que esteja em falta, sendo que nesta última situação verifica-se o porquê da fatura não estar lançada e solicita-se uma segunda via da mesma. Recorre-se nesta conferência ao e-fatura no Portal das Finanças para consultar todas as faturas emitidas pelos fornecedores. De forma a perceber se estas situações já estão regularizadas, analisa-se a conta corrente do fornecedor ao nível das compras e dos pagamentos que foram efetuados no início do mês seguinte ao da conferência e verifica-se se o saldo é nulo ou credor.

A conferência da conta 23 – Pessoal é efetuada através da verificação do registo do processamento de salários com o pagamento das remunerações. O saldo da conta 2312 – Remunerações a pagar ao pessoal deve ser geralmente nulo porque os salários são pagos no próprio mês do processamento salarial, todavia podem existir meses em que a conta apresenta saldo, o qual deve ser explicado com devoluções a funcionários, reembolsos à FTM ou pagamento de retroativos em janeiro, mas referentes a dezembro.

A conta 25 – Empréstimos bancários é verificada com base nos extratos bancários e nas folhas de caixas retiradas da função gestão, à semelhança da conta 12. Contudo, é necessário confirmar se os lançamentos das especializações, segundo o regime contabilístico do acréscimo, estão efetuados atendendo às condições do contrato, e se os custos com juros são imputados corretamente. Semestralmente, os saldos dos empréstimos são atestados com os valores do Portal do Banco de Portugal.

Para contabilizar os inventários, a FTM utiliza o sistema de inventário permanente, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, por ser uma entidade que aplica o SNC. Este sistema permite contabilizar, de forma sistemática, as entradas e saídas de armazém, em quantidade e em valor. A conta de inventário transmite, assim, o valor das existências em armazém, possibilitando o apuramento dos custos dos bens vendidos e

consumidos e a variação de produção ao longo do ano (Ribeiro *et al.*, 2020). É de salientar que o custo com inventários é determinado com base no custo médio ponderado. Segundo esta fórmula de custeio, o custo de cada item determina-se pela média ponderada dos custos dos itens no início do período e dos itens comprados ou produzidos pelas quantidades (Ribeiro *et al.*, 2020).

Como forma de conferir a conta 31 – Compras são efetuadas mensalmente contagens físicas das matérias-primas nos vários armazéns, que se encontram ordenadas pelos vários lotes e referenciadas, conforme previsto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 98/2015. As contagens de cada produto (matéria-prima e produto acabado) são efetuadas por dois colaboradores. Por exemplo, no caso da contagem referente ao Cut filler (tabaco picado), esta é feita por um colaborador da secção de logística e outro da contabilidade, contagem esta na qual participei, com base em duas listagens que estabelecem a distinção entre o tabaco e o tabaco desmanchado/recuperado. Terminadas as contagens, são comparadas as listagens com os registos em sistema e analisados e corrigidos os desfasamentos. Aquando da conferência desta conta, são verificadas as margens brutas das várias mercadorias e efetua-se a transferência das compras para armazém, debitando as contas 317 – Devoluções de compras, 32 – Mercadorias e 33 – Matérias-primas, subsidiárias e de consumo em contrapartida da conta 31 – Compras, a crédito.

A FTM detém vários tipos de ativos: tangíveis, intangíveis, propriedades de investimento e ativos não correntes detidos para venda. As propriedades de investimento abrangem as “Casas Amarelas” e dois prédios na Madeira afetos ao arrendamento. A “Quinta do Botelho” é o único bem classificado com ativo não corrente detido para venda.

Quando se efetua a aquisição de um ativo, é realizado o lançamento da compra na função gestão. Em seguida, na função imobilizado é aberta uma nova ficha de ativo indicando-se os seguintes elementos: a referência do artigo, o código da tabela I ou II que consta do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 para efeitos de cálculo da depreciação ou amortização, a localização, o tipo de ativo, o centro analítico, a data de aquisição, o valor de aquisição, a natureza e as contas a movimentar de depreciações do exercício e depreciações acumuladas. Juntamente com a ficha do bem é anexada uma cópia da fatura. Caso seja um ativo com valor inferior a 1.000 euros, é necessário indicar que se trata de um elemento de reduzido valor. As depreciações são calculadas por duodécimos e imputadas mensalmente ao custo do exercício, debitando-se uma conta 64 – Gastos de

depreciação e amortização em contrapartida de uma conta 438 – Depreciações acumuladas ou 448 – Amortizações acumuladas, a crédito.

As contas 62 – Fornecimentos e serviços externos são incorporadas no “Mapa de Execução”. Este mapa tipifica para cada conta o valor acumulado de janeiro até ao mês da conferência e permite perceber a sua evolução face ao período homólogo. As rubricas que apresentam uma maior variação são justificadas com as despesas que tiveram uma contribuição mais significativa. É também realizada uma projeção proporcional a 12 meses com base no montante de gastos já efetuados que é comparada, quer com os gastos reais efetuados no ano anterior, quer com os gastos orçamentados para o ano corrente. O total do mapa de execução tem de ser idêntico à rubrica “Fornecimentos e serviços externos” que consta da demonstração de resultados.

A análise parcial de rentabilidade por marcas constitui outro mapa que é elaborado mensalmente. Esta análise consiste em calcular a margem bruta, isto é, a diferença entre as vendas e o custo dos produtos vendidos, tanto para as marcas próprias como para as marcas produzidas sob licença. Após conferidas as contas 61 – Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, 71 – Vendas e 72 – Prestações de serviços, e de estar fechada a contabilidade analítica referente ao período em análise, explicada no ponto 4.3., procede-se ao preenchimento do mapa. Como as contas de vendas já estão separadas no balancete tendo em conta o tipo de mercadorias e produtos acabados torna-se apenas necessário agregá-las por marcas.

O fecho de contas é composto, além do mapa de execução e da análise de rentabilidade, pela demonstração de resultados e o balanço, que são preparados após todas as contas estarem conferidas. A demonstração de resultados por naturezas é obtida a partir do PHC, sendo as respetivas rubricas confirmadas com o balancete. O resultado líquido do período tem de ser igual à diferença entre as contas da classe de gastos (classe 6) e de rendimentos (classe 7). O balanço é feito em Excel e abrange três períodos temporais: o mês em análise, o mês homólogo e ainda os valores a 31 de dezembro do ano anterior.

4.3. A contabilidade analítica

A contabilidade analítica da FTM é iniciada após ter sido efetuado o lançamento de toda a documentação de um determinado período, geralmente mensal, e a conferência de todas as contas do balancete geral e dos centros analíticos. Tem-se em especial atenção se o total de custos imputados é igual aos custos da conta 6 – Gastos da contabilidade geral.

Este tipo de contabilidade tem como principal objetivo a determinação dos custos dos produtos fabricados, possibilitando também o controlo de inventários, dos custos e das margens (Barbosa, 2015).

São considerados nesta análise dois tipos de produtos: os produtos acabados e os semiacabados, também designados por produtos intermédios. Os produtos acabados são todos os bens resultantes do processo produtivo que têm como finalidade a venda. Já os semiacabados são bens que também advêm da produção, mas como estão inacabados serão utilizados em processos produtivos subsequentes (Ordem dos Contabilistas Certificados, 2020).

Mensalmente, o departamento de produção envia para a contabilidade o mapa diário de produção e vendas de *stocks*. Este mapa está dividido pelos produtos cigarros, charutos e cigarrilhas e apresenta informações sobre as existências iniciais, a produção, as vendas, os abates, caso existam, e as existências finais. O mapa de semiacabados é também enviado pela produção e engloba os charutos e as cigarrilhas. Os cigarros não integram este último mapa, visto que a sua produção fica concluída no próprio dia.

A FTM tem uma folha de cálculo em Excel preparada para o cálculo do custo do produto e para a variação de produção. O primeiro mapa a ser preenchido, nesta folha de cálculo, designa-se por “Introdução de produções” em que são inseridos os dados contidos no mapa de produção e vendas de *stocks*, sendo os montantes das quantidades de produção reproduzidas no mapa de “Processamento de custos”, que está parametrizado para diluir os custos pelos diferentes produtos que estão divididos por marcas e por mercados: Açores, Madeira e Continente, este último referente ao envio de charutos e cigarrilhas.

Em seguida, são preenchidos os custos com as matérias-primas. Cada uma das matérias-primas tem um código de produção relacionado com o produto acabado e semiacabado a que está destinada. É retirado um mapa de consumos por marca que é conferido com a conta 6121 de custo das matérias-primas consumidas, sendo posteriormente alocados os custos da matéria-prima na respetiva marca. Os custos que são comuns são repartidos pelos vários produtos. Nos custos com matérias-primas incluem-se custos adicionais, como transportes, seguros e outros. Os *royalties* são também um custo do produto e, de acordo com a NCRF 20 – Rédito, referem-se aos “encargos pelo uso de ativos a longo prazo da entidade, como, por exemplo, patentes,

marcas, direitos de autor” (Rodrigues, 2018). Estes são pagos pela FTM à Imperial e à JTI e são imputados aos produtos dessas duas marcas pela produção.

Por cada marca existe uma hora-teórica dada pela produção. As horas-valor são calculadas tendo por base as horas-teóricas e são imputadas aos produtos, designando-se por mão de obra direta. Estas horas são retiradas da contabilidade com base nos centros analíticos e são confrontadas com as horas reais nos centros de produção. A diferença é considerada também no custo dos produtos e designa-se por mão de obra não produtiva. O total do custo com a mão de obra imputado a cada marca deve corresponder à soma dos dois tipos de mão de obra nos centros analíticos correspondentes à produção, ou seja, os centros analíticos relativos a cigarros e os centros analíticos referentes a charutos e cigarrilhas.

Os custos imputados aos semiacabados abrangem as matérias-primas e a mão de obra nesta fase de produção e são posteriormente introduzidos no custo do produto acabado.

Após o lançamento das matérias-primas, retira-se do sistema uma análise de centros analíticos onde estão divididos todos os custos por centros analíticos, à exceção das matérias-primas já incorporadas, de forma a imputar aos produtos os custos diretos e indiretos bem como os custos de estrutura.

Os outros custos designados por gastos gerais de fabrico estão subdivididos em custos diretos e indiretos. Os custos diretos estão relacionados com um objeto de custo e são identificados como procedentes (Horngren *et al.*, 2014). No caso da FTM, são todos os outros custos, que estão introduzidos nos centros analíticos de cigarros, charutos e cigarrilhas e são imputados proporcionalmente à produção. Estes custos englobam materiais diversos consumidos, fornecimentos e serviços externos, gastos de ação social, outros gastos com pessoal, depreciações e amortizações, e outros gastos e perdas. Os custos indiretos são custos de outras áreas ligadas à produção, tais como planeamento e controlo de qualidade, logística e oficinas, que não podem ser identificados a produtos específicos, sendo imputados numa base de quantidade (Horngren *et al.*, 2014). Os custos de estrutura são os que não estão relacionados com a área de produção e não são considerados nos custos de produção, mas são imputados, de forma a empresa ter perceção do impacto destes custos no custo total.

Periodicamente, são confrontados os valores do custo de produção de cada produto com a área de produção, de forma a perceber se os custos de produção não estão a diferir dos custos que a área de produção previamente calculou.

4.4. Obrigações fiscais

Uma entidade, no decorrer do ano contabilístico, está sujeita ao cumprimento de um conjunto de obrigações estabelecidas para com o Estado, a fim de assegurar que o funcionamento da sua atividade está conforme os parâmetros legais. Essas obrigações têm de ser efetuadas dentro dos prazos definidos e condicionam a rotina da empresa, na medida em que implicam o envio de declarações e de ficheiros, o pagamento de impostos e de taxas, entre outros (Marques, 2014). No Portal das Finanças, tal como no Portal da Ordem dos Contabilistas Certificados, está disponível uma agenda fiscal e um calendário fiscal, respetivamente, que fazem uma compilação das várias obrigações, permitindo o planeamento do trabalho na contabilidade.

4.4.1. Entrega da declaração periódica do IVA

O Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) é um imposto que incide sobre as transmissões, importações e aquisições intracomunitárias de bens e prestações de serviços, conforme o n.º 1 do artigo 1.º do Código do IVA. As pessoas coletivas que exerçam atividades de produção, comércio ou prestações de serviços são consideradas um dos sujeitos passivos de IVA, segundo a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA.

A FTM está enquadrada no regime mensal de IVA e, por isso, o prazo limite de entrega da declaração periódica é até ao décimo dia do segundo mês seguinte a que respeitam as operações, atendendo à alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º do Código do IVA, havendo adiamentos nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia SARS-CoV-2.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 346/85, o tabaco manufacturado está sujeito a um regime particular de IVA, sendo o imposto devido à saída do local de produção ou de armazenagem pelos respetivos produtores, importadores ou armazenistas. Os revendedores não têm que entregar qualquer imposto ao Estado, mas também não podem deduzir o imposto contido no preço desses bens. Contudo, devem registar de forma separada as aquisições e as vendas. Na FTM, o IVA liquidado é maioritariamente calculado através de guias de saída aquando da transferência do tabaco do armazém alfandegado para o armazém livre.

Antes de iniciar o preenchimento da declaração periódica do IVA é necessário integrar todos os movimentos relativos a compras, vendas e documentos de tesouraria do mês a que a se refere a declaração. Em seguida, extrai-se do PHC a análise de desvios de

IVA e os balancetes das contas 243 – IVA e 31 – Compras, e das classes 4 – Investimentos, 6 – Gastos e 7 – Rendimentos. No plano de contas da empresa, as contas de custos e proveitos estão divididas pelas bases de incidência de IVA para que se possa conferir o montante de imposto apurado com as taxas estabelecidas no artigo 18.º do Código do IVA. Relativamente à conta 2433 – IVA liquidado, esta é comparada com o valor enviado no ficheiro SAFT-PT, e o valor das aquisições intracomunitárias, que surge no campo 10 do quadro 06, deve ser idêntico ao total do valor faturado que é comunicado no inquérito INTRASTAT – Fluxo de chegada apresentado no ponto 4.5.

Após conferidas todas as contas e corrigidos os desvios de IVA, retira-se do sistema PHC a declaração que é novamente verificada e procede-se ao preenchimento da declaração periódica no Portal das Finanças. As regularizações a favor da empresa são colocadas no campo 40 do quadro 06 e dizem respeito a notas de crédito emitidas pela FTM aos clientes, enquadradas geralmente no n.º 2 do artigo 78.º do Código do IVA, sendo agrupadas por contribuinte no anexo “Regularizações do campo 40”. Em oposição, as regularizações a favor do Estado englobam notas de crédito emitidas à FTM por fornecedores, segundo o n.º 4 do artigo 78.º do Código do IVA, e surgem no anexo “Regularizações do campo 41”.

É de salientar que, como a FTM realiza operações em espaço diferente da sede, nomeadamente transações com o Continente e a Madeira, são preenchidos dois anexos R relativos em cada uma das zonas. Por vezes, existem operações em que é aplicada a regra de inversão de sujeito passivo e a FTM, na qualidade de adquirente, liquida o imposto. Nesses casos, a base tributável deve constar no campo 70 do quadro 06-A.

Após o preenchimento, a declaração é validada e submetida no Portal, sendo o comprovativo de entrega guardado em formato digital e fisicamente numa pasta designada “IVA”. Se do apuramento resultar IVA a pagar é impresso o documento de pagamento e entregue à tesouraria para pagamento até à data limite correspondente. É necessário também verificar se alguma declaração recapitulativa foi emitida, caso haja lugar a transmissões intracomunitárias de bens previstas no artigo 23.º do Regime de IVA nas Transações Intracomunitárias.

Após o envio da declaração é efetuado o apuramento de IVA na função contabilidade, de forma a saldar as contas e refletir o resultado apurado na conta de IVA a pagar ou a recuperar, consoante o caso.

4.4.2. Declaração de retenção na fonte

Outra das obrigações relaciona-se com o envio da declaração de retenção na fonte. Esta é uma declaração de pagamento que tem como objetivo entregar as importâncias retidas na fonte em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e do Imposto de Selo (IS). De acordo com o n.º 1 do artigo 98.º do Código do IRS, as entidades devedoras dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte estão obrigadas a deduzir as certas importâncias correspondentes à aplicação das taxas previstas nos artigos 99.º a 101.º do Código do IRS, aquando do pagamento, do vencimento ou da colocação à disposição. Para os Açores existe uma redução de 20% das taxas de retenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2015/A. Em sede de IRC, os rendimentos sujeitos a retenção estão previstos no artigo 94.º do Código do IRC, sendo as retenções calculadas por meio da aplicação das taxas de IRS.

Na FTM é elaborado, para os vários meses, um ficheiro Excel que agrupa por zonas geográficas os rendimentos sujeitos a retenção da fonte, indicando-se a categoria de rendimento e a atividade, a base de incidência, a taxa a aplicar e o montante de imposto retido, como forma a facilitar o preenchimento da declaração Modelo 10 e a entrega da declaração de retenção na fonte (alínea b) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e artigo 128.º do Código do IRC). Antes do envio da declaração de pagamento mensal é retirado da função contabilidade do PHC um extrato das contas de retenções de impostos 2422 – Trabalho independente e 2423 – Capitais, cujo total de ambas as contas deve igualar o valor do imposto retido em cada mês. Na submissão da declaração de retenções é necessário indicar o período a que se referem os rendimentos, a zona onde são obtidos, podendo ser, no caso da FTM, Açores, Madeira ou Continente, e o código a que os mesmos respeitam. Após a submissão da declaração, é gerada uma chave de referência para efetuar o pagamento do imposto que deverá ser realizado até ao 20.º dia do mês seguinte àquele a que respeitam as retenções.

4.4.3. Modelo 10

A declaração Modelo 10 visar declarar os rendimentos recebidos pelos sujeitos passivos de IRS e IRC residentes em território nacional e as respetivas retenções, sendo entregue até ao dia 10 de fevereiro do ano seguinte pelas entidades devedoras dos rendimentos sujeitos a IRS das categorias A, B, E, F, G e H, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS. Excecionalmente, o calendário fiscal 2020/2021

foi ajustado, tendo sido alargado o prazo para entrega da Modelo 10 até dia 25 de fevereiro, segundo o Despacho n.º 437/2020-XXII.

Antes da entrega da Modelo 10, o procedimento adotado na FTM passa por conferir as contas de retenções e verificar se todos os valores retidos estão pagos através das declarações mensais. Em seguida, são impressas todas as faturas como forma de comprovar os rendimentos do ano e os valores retidos, que são enviados aos vários contribuintes enquadrados na categoria de trabalho independente. Os rendimentos da categoria H – Pensões são conferidos pela secção de Recursos Humanos. Em seguida, inicia-se o preenchimento da declaração e, após estar concluída, é submetida através do Portal das Finanças. Por fim, retira-se o comprovativo da entrega da Modelo 10 que é arquivado fisicamente na pasta “Retenções”.

4.4.4. Envio do ficheiro SAFT-PT

O envio do ficheiro SAFT-PT, *Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version*, é de carácter obrigatório para todos os sujeitos passivos de IRC que tenham contabilidade organizada e que exerçam uma atividade comercial, industrial ou agrícola, segundo a Portaria n.º 321-A/2007. Este ficheiro tem como finalidade permitir o acesso aos inspetores tributários e revisores de contas a um conjunto de documentos de faturação através de um ficheiro normalizado em XML que deve ser comunicado até ao dia 12 do mês seguinte às Finanças, de acordo com o artigo 16.º da Lei n.º 119/2019.

Para confirmar se o total de faturação que consta do documento normalizado é idêntico à faturação daquele mês, simula-se o envio do SAFT-PT, acedendo ao e-fatura, na área de comerciante para apurar o total de débitos e créditos. Posteriormente, coloca-se em Excel toda a faturação da FTM e da DST e confronta-se o valor obtido com o que surge na simulação, procedendo-se depois à validação e submissão do ficheiro SAFT-PT.

4.4.5. Modelo 22

Os sujeitos passivos de IRC estão obrigados a apresentar a declaração periódica de rendimentos, atendendo à alínea b) do n.º 1 do artigo 117.º. A declaração Modelo 22 visa declarar, em sede de IRC, os rendimentos relativos ao ano anterior e deve ser enviada, por via eletrónica, até ao último dia do mês de maio ou até ao 5.º mês seguinte ao encerramento do exercício económico, segundo os números n.ºs 1 e 2 do artigo 120.º. É com base neste modelo que se calcula o lucro tributável ou o prejuízo fiscal e, por

consequente, o montante de imposto a pagar, também designado por coleta. Antes de se proceder ao preenchimento da declaração é necessário garantir que o encerramento de contas foi efetuado, sendo o resultado antes do imposto do período o ponto de partida para o cálculo do lucro tributável.

Aquando do preenchimento da declaração Modelo 22, são determinados na FTM os coeficientes de imputação do volume de negócios com base nas contas 71 – Vendas e 72 – Prestações de serviços, de forma a apurar por zona geográfica as tributações autónomas. A conta 71 já se encontra subdividida no balancete tendo em conta o volume de vendas correspondente aos Açores e à Madeira. Em relação à conta 72, esta divisão é feita retirando-se uma análise de centro analítico, considerando que os centros analíticos 23 – Área administrativa e 24 – Comerciais dizem respeito à Madeira e os restantes são relativos aos Açores. Os coeficientes são obtidos através da ponderação do volume de negócios imputável a cada uma das regiões pelo volume de negócios global.

As tributações autónomas, previstas no artigo 88.º do Código do IRC, incidem sobre determinados encargos e são designadas de “autónomas” porque são independentes do rendimento e da existência de lucro tributável e assumem um cariz adicional. O objetivo é “tributar despesas que, pela sua natureza, são facilmente associadas a fins alheios à entidade” (Marques, 2014). De acordo com a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 14/2012/A, as taxas de tributação autónoma têm uma redução de 20% para a Região Autónoma dos Açores, enquanto na Região Autónoma da Madeira são idênticas às do Continente.

No caso da FTM, as tributações autónomas englobam os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros, as despesas de representação e as despesas com ajudas de custo. É de salientar que os encargos com as viaturas estão subdivididos em combustíveis, conservação e reparação, depreciações, seguros, juros e despesas de *leasing*, e imposto único de circulação. Além disso, são categorizados em três patamares tendo em conta o custo de aquisição da viatura: inferior ou igual a 27.500 euros, entre 27.500 euros e 35.000 euros, e superior ou igual a 35.000 euros. As taxas de tributação autónomas ao serem aplicadas aos encargos correspondentes, permitem apurar o montante global de tributações autónomas registado no campo 365 do quadro 10.

Para as viaturas ligeiras de passageiros não totalmente depreciadas, é elaborado um quadro auxiliar com identificação da viatura, do valor de aquisição e das depreciações contabilísticas e fiscais, de forma a determinar as depreciações não aceites como gastos,

previstas no n.º 1 do artigo 34.º do Código do IRC. As depreciações contabilísticas são calculadas mediante a aplicação da taxa de depreciação ao valor de aquisição, ao passo que as depreciações fiscais consideram o limite máximo do custo de aquisição definido na Portaria n.º 467/2010 para efeitos de consideração da depreciação como gasto fiscal. O diferencial entre a depreciação contabilística e a fiscal não é aceite como gasto sendo acrescido na linha 719 ao quadro 07.

As mais ou menos valias concorrem para o preenchimento da declaração Modelo 22 e respeitam a ganhos ou perdas com a transmissão onerosa relativos a ativos fixos tangíveis, intangíveis, biológicos não consumíveis, propriedades de investimento e instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo de aquisição, segundo o n.º 1 do artigo 46.º do Código do IRC. Estas podem ser contabilísticas ou fiscais e a diferença reside no valor de aquisição. A mais ou menos valia contabilística é apurada pela diferença entre o valor de realização ou valor de venda e o valor escriturado, dado pelo valor de aquisição corrigido das depreciações e perdas por imparidade. Já a mais ou menos valia fiscal é calculada da mesma forma, todavia o valor escriturado é corrigido pelo coeficiente de desvalorização da moeda elencado na Portaria n.º 220/2020.

No ano de 2020, a FTM efetuou a venda de quatro viaturas e de um compressor, tendo registado mais valias contabilísticas na conta 7871 – Alienações. Para obter as mais valias fiscais extrai-se do PHC o mapa das mais ou menos valias que é conferido com a conta 7871, com a ficha de imobilizado de cada um dos bens e com os coeficientes de desvalorização da moeda do ano de aquisição dos ativos. Como o valor de realização foi reinvestido em novos veículos e outros equipamentos, a mais-valia fiscal é reduzida em 50%, de acordo com o n.º 1 do artigo 48.º do Código do IRC. Assim, a mais-valia contabilística é deduzida à matéria coletável no campo 767 e a mais-valia fiscal é acrescida no campo 740 do quadro 07.

Os donativos consistem em “entregas de dinheiro ou em espécie concedidos sem contrapartidas” e são contabilizados na conta 6882 – Donativos. No Estatuto dos Benefícios Fiscais (2020) existem três artigos que tipificam os incentivos fiscais: o artigo 62.º abrange os incentivos concedidos no âmbito do mecenato social, ambiental, desportivo, educacional e familiar, o artigo 62.º-A refere-se aos benefícios fiscais relacionados com o mecenato científico, e o artigo 62.º-B contempla os incentivos no âmbito do mecenato cultural.

Na FTM é elaborado um ficheiro em Excel com todos os donativos concedidos durante o ano de 2020 e com o estatuto do mecenato correspondente, discriminando-se a percentagem de majoração e o valor majorado, que é comparado com o limite associado ao donativo em causa. Caso o valor majorado seja inferior ao limite, não há qualquer correção a fazer.

4.5. Resposta a inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é responsável pela produção de informação estatística oficial em Portugal, com a finalidade de apoiar a tomada de decisões dos indivíduos e organizações, contribuir para a elaboração das contas nacionais, em conjunto com o Banco de Portugal e, ainda, fornecer os dados para estudos estatísticos europeus, segundo a Lei n.º 22/2008. Este instituto também disponibiliza vários inquéritos com o propósito de obter dados para o cálculo de indicadores, segundo o Decreto Regulamentar n.º 9/2000. A periodicidade destas operações estatísticas varia consoante o tipo de inquérito, podendo ser mensal, trimestral ou semestral.

A FTM recebe vários inquéritos, todavia os relacionados com a área de contabilidade são: o INTRASTAT – Fluxo de chegada, o Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego, o Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras e o Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora. Estes são de resposta obrigatória e confidencial, sendo submetidos através de formulários eletrónicos na plataforma WebInq.

O INTRASTAT – Fluxo de chegada destina-se a recolher dados acerca das compras mensais de bens entre países da União Europeia, que são relevantes para as Contas Nacionais e Balança de Pagamentos e auxiliam na definição de políticas económicas e na realização de estudos de mercado. Para este inquérito, é necessário indicar o código da mercadoria, o país de origem e de destino, a natureza da transação, as condições de entrega, a massa líquida e o valor faturado, dados que são obtidos através das faturas que estão na pasta “Logística” do mês em análise. O total de faturação mensal do inquérito deve ser idêntico ao somatório do montante de compras intracomunitárias registado nas contas 3121 – Matérias-primas e 3122 – Materiais diversos.

O Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego permite o cálculo de indicadores de curto prazo em áreas como a indústria, avaliando a evolução por mês do comportamento do mercado de bens e serviços, com base no volume de negócios e no volume de trabalho realizado. Neste formulário, o volume de negócios está subdividido

em vendas, que são desagregadas em mercadorias e produtos acabados, e prestações de serviços. Assim, para o preenchimento é necessário retirar da contabilidade um balancete subdividido das contas 71 – Vendas e 72 – Prestações de serviços e solicitar ao departamento de Recursos Humanos o número de horas trabalhadas.

A informação recolhida com o Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras abrange um conjunto de variáveis de natureza contabilística acerca da atividade e da situação financeira das empresas, e os resultados obtidos possibilitam o cálculo, numa base trimestral, de indicadores como o Produto Interno Bruto. A resposta ao mesmo é feita com base num balancete acumulado de todas as contas extraído da função contabilidade.

Por fim, o Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora pretende conhecer a opinião dos agentes económicos acerca da evolução da atividade económica e da própria empresa. As questões deste inquérito pretendem verificar, no curto prazo, a tendência que a empresa demonstrou e a perspetiva que apresenta para um conjunto de tópicos: produção e número de encomendas, carteira de clientes interna e externa, preços de venda e número de colaboradores na empresa.

4.6. Operações de fim de exercício

As operações de fim de exercício compreendem todos os movimentos efetuados no final do exercício económico que contribuem para apurar o resultado contabilístico e permitem a elaboração das demonstrações financeiras (Farinha e Cascais, 2011). O artigo 62.º do Código das Sociedades Comerciais define como prazo legal de prestação de contas até três meses após a data de encerramento das contas, no caso dos comerciantes, ou “no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se trate de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método de equivalência patrimonial”. O encerramento de contas inclui também todas as conferências dos saldos que constam do balancete a 31 de dezembro. Em seguida, são apresentadas algumas das atividades desenvolvidas no estágio.

4.6.1. Conferência dos saldos de fornecedores

No final do ano, a conferência da conta fornecedores inicia-se com uma pré-seleção dos fornecedores nacionais e intracomunitários em relação aos quais a FTM apresenta um maior volume de compras.

Em seguida, é solicitado o envio do extrato de conta corrente por via *e-mail*, que é conferido com o todos os movimentos que ocorreram ao longo do ano e que estão registados na função gestão do programa PHC da FTM. Caso existam diferenças, deve-se verificar se há alguma fatura ou nota de crédito que tenha sido emitida pelo fornecedor e não foi rececionada, solicitando-se o envio de segunda via da mesma, ou algum pagamento cujo recibo não tenha sido efetuado. Se a mercadoria não tiver sido rececionada, o valor da compra é levado para a conta 225 – Faturas em receção e conferência.

Os fornecedores que não enviem o extrato de conta corrente são conferidos com base nas faturas e notas de crédito que estão registadas no e-fatura. Se alguma fatura constar no extrato da FTM, mas não existir no e-fatura, procede-se ao seu registo no portal.

4.6.2. Circularizações

As circularizações ou confirmações externas são uma prática de auditoria e consistem no envio de cartas e *e-mails* a clientes, fornecedores, advogados e seguradoras, de forma a obter prova de auditoria através de comunicação escrita de um terceiro (Novo, 2012). As circularizações não são obrigatórias e estão dependentes do conhecimento que o auditor tem do negócio, decidindo em função da realidade da empresa se deve ou não circularizar um maior ou menor número de entidades com as quais uma empresa está relacionada (Novo, 2012).

O processo de circularização começa com o envio por parte dos auditores da FTM de um modelo de cartas, designado por minutas de circularização, que é reencaminhado para as várias entidades, a fim de se obter em tempo oportuno as respostas necessárias ao trabalho de auditoria e à emissão de respetivo parecer. É de realçar que enquanto os clientes e fornecedores são circularizados com base numa amostra selecionada segundo critérios definidos pelos auditores, os advogados e as seguradoras são circularizados na sua totalidade.

Na minuta de circularização dos clientes é indicado, caso exista, o saldo a favor da FTM e/ou o saldo a favor do cliente, o qual deve confirmar ou discordar os valores apresentados. Na confirmação externa a fornecedores, é pedido o extrato de conta corrente com detalhes dos saldos existentes à data de 31 de dezembro. Relativamente aos advogados, são requeridas informações sobre reclamações e ações judiciais em curso, litígios, impostos, potenciais reclamações e responsabilidades esperadas, direitos, títulos

ou outros bens detidos e os montantes em dívida para com estes. Por fim, as seguradoras devem prestar esclarecimentos acerca das apólices que a FTM detém e os saldos a 31 de dezembro. As respostas são enviadas diretamente para os auditores, seguindo uma cópia para a FTM.

4.6.3. Apuramento de resultados

O apuramento de resultados constitui o último passo para a finalização do balancete a 31 de dezembro e é efetuado no programa PHC. Este procedimento inicia-se com o apuramento de resultado antes de impostos, em que as contas das classes 6 – Gastos e 7 – Rendimentos são saldadas por transferência para a conta 811 – Resultado antes de imposto.

Como os movimentos relativos a impostos já estão efetuados, é necessário apenas fazer a transferência dos saldos das contas 811 – Resultado antes de impostos e 812 – Imposto sobre o rendimento do período para a conta 818 – Resultado líquido. No início do ano seguinte, é feita a transferência do saldo da conta 818 para a conta 56 – Resultados transitados.

4.6.4. Preparação das demonstrações financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, inicia-se após todas as contas estarem conferidas e serem efetuados os movimentos de fim de exercício.

O preenchimento das várias demonstrações e dos quadros do anexo é feito numa folha Excel já preparada para o efeito, utilizando-se o balancete antes do apuramento a 31 de dezembro e os extratos de conta que discriminam os movimentos ocorridos. O balanço e demonstração de resultados são elaborados de forma idêntica ao fecho mensal de contas. Relativamente à demonstração das alterações no capital próprio, esta é preenchida com os saldos da classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados e com alguns movimentos inerentes a cada conta que são discriminados na demonstração.

Os vários quadros que compõem o anexo são uma explicação das rubricas que surgem nas demonstrações financeiras tendo, por isso, que existir concordância entre os valores que surgem em cada quadro e a rubrica que lhe está associada. Em seguida, são detalhados alguns dos quadros que compõem o anexo da FTM.

No que se refere ao quadro dos ativos fixos tangíveis, que corresponde à nota 5 do anexo ao Relatório e Contas da empresa, são apresentados os movimentos relativos a aquisições, transferências, alienações e abates que ocorreram com terrenos, edifícios e equipamentos básico, de transporte e administrativo e outros, e em junção com os ativos fixos tangíveis em curso, justifica o valor que surge no balanço referente a essa rubrica.

Os ativos intangíveis são explicados na nota 6 e englobam projetos de desenvolvimento, programas de computador, propriedade industrial e outros, estando classificados como ativos intangíveis em curso o sistema "Anti Tampering Device" e o *software* "Track & Trace".

A soma de todos os ativos, que engloba também as propriedades de investimento (nota 7), os ativos não correntes detidos para venda (nota 8), as participações financeiras reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (nota 9) e outros investimentos financeiros (nota 11), deverá ser igual à classe 4 – Investimentos. Os gastos com depreciações e amortizações surgem no quadro de cada tipo de ativo e integram a demonstração de resultados.

Os inventários são detalhados na nota 12 e estão divididos, por um lado, em mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo e, por outro, em produtos acabados e intermédios, e produtos e trabalhos em curso, explicando assim o “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e a “Variação nos inventários de produção” da demonstração de resultados.

Os clientes são categorizados em clientes conta corrente, cobrança duvidosa e imparidades (nota 13). Em relação aos fornecedores (nota 24) é feita a distinção entre os fornecedores conta corrente e as outras dívidas a pagar, que abrangem os fornecedores de investimentos, remunerações a liquidar, outros acréscimos de gastos e outros credores. Ambas as notas explicam rubricas do balanço.

O caixa e depósitos bancários, explicados na nota 17, são uma rubrica do ativo no balanço que está dividida em numerário e depósitos à ordem e a prazo. Já os financiamentos obtidos (nota 23) subdividem-se em empréstimos bancários, contas caucionadas e locações financeiras, e integram rubricas no passivo corrente e não corrente no balanço. Os juros e gastos similares surgem na demonstração de resultados e correspondem à nota 32.

A nota 15 relativa ao Estado e outros entes públicos engloba contas devedoras, como o IRC a recuperar, e contas credoras, como o IRC a pagar, as retenções de imposto sobre

o rendimento, o imposto especial de consumo, o IVA e as contribuições para a Segurança Social, integrando tanto o ativo corrente como o passivo corrente no balanço. Na nota 33 é efetuado o cálculo no IRC, partindo do resultando antes de imposto, e surge na demonstração de resultados.

Os quadros relativos às notas 19 – Reserva legal, outras reservas e excedentes de revalorização, 20 – Resultados transitados e 21 – Ajustamentos/outras variações explicam as alterações ocorridas no capital próprio, sendo necessário o preenchimento dos saldos iniciais e os aumentos ou diminuições que ocorreram em cada rúbrica obtendo-se, assim, o saldo final a 31 de dezembro.

A rubrica “Vendas e serviços prestados” da demonstração de resultados é explicada na nota 25, estando as vendas repartidas em tabaco, *heets* e acessórios de tabaco.

Os gastos com pessoal são especificados na nota 28 e estão tipificados em remunerações dos órgãos sociais e do pessoal, benefícios pós-emprego, encargos sobre remunerações, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, e outros gastos.

Após todos os quadros estarem preenchidos em Excel passa-se à elaboração em Word das “Notas Anexas às Demonstrações Financeiras – Exercício de 2020”. Nesse documento são criadas notas explicativas que complementam a informação contida nos quadros e explicam em maior detalhe as rubricas das várias demonstrações financeiras.

Concluindo, o lançamento e o correto arquivo, tanto a nível físico como digital, são fundamentais para um rápido e eficaz acesso à informação, contribuindo para uma maior agilidade nos processos e garantindo uma maior organização e segurança da documentação. Já as práticas de controlo interno asseguram que os registos contabilísticos são fidedignos e permitem a deteção de erros e a sua correção, por meio das reconciliações bancárias e da conferência mensal de contas. A contabilidade analítica tem como finalidade a determinação dos custos dos produtos, com base na imputação dos custos com matérias-primas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, e sua verificação com a área de produção. Relativamente às obrigações fiscais, estas abrangem a preparação de informação para o cálculo de impostos, o preenchimento de declarações e a submissão de ficheiros. A FTM é uma das empresas abrangida pelos inquéritos do INE, que permitem a determinação de indicadores económicos e a elaboração das contas nacionais. Por fim, as operações de fim de exercício contribuem para a elaboração das demonstrações financeiras e os quadros do anexo clarificam os valores que surgem nas várias rubricas.

CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

No presente capítulo é desenvolvida uma apreciação crítica à empresa onde foi realizado o estágio e às várias atividades desenvolvidas, sendo estabelecida a interligação com as competências adquiridas ao longo da licenciatura e do mestrado.

5.1. Análise crítica à entidade

O estágio realizado na Fábrica de Tabaco Micaelense teve a duração de nove meses, iniciando-se a 1 de outubro de 2020 e terminando a 30 de junho de 2021. Esta experiência profissional permitiu-me estabelecer o primeiro contato com o mundo do trabalho, dado que até então tinha realizado estágios de curta duração que proporcionavam uma visão reduzida das atividades quotidianas desenvolvidas num departamento de contabilidade.

A facilidade na integração, a disponibilidade dos colaboradores da FTM, em específico os da secção de contabilidade, em esclarecer-me dúvidas que surgiram no desenvolvimento das tarefas, assim como a partilha de conhecimentos foram essenciais para um bom ambiente de trabalho. É de salientar que, apesar ser uma empresa segmentada em vários departamentos, existe uma forte interligação entre todos eles e denota-se um espírito de equipa agradável.

Um bom desempenho organizacional advém de uma correta gestão empresarial e da adequação aos ambientes interno e externo. A avaliação global dos pontos fortes e fracos de uma empresa, bem como das oportunidades e ameaças pode ser feita com base numa análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*). Na perspetiva de Chiavenato (2004), a análise SWOT permite perceber o grau de adequação da empresa às tendências do negócio visto que, através da junção da análise ao ambiente interno e externo, verificam-se os recursos que a empresa tem em função daquilo que o mercado exige, definindo-se estratégias e percebendo-se as condições do mercado.

Segundo Houben *et al.* (1999), os pontos fortes estão relacionados com as vantagens competitivas e outras competências diferenciadoras que podem ser exploradas pela empresa no mercado. Os pontos fracos correspondem às limitações internas que uma empresa enfrenta para prosseguir uma determinada direção. Para Phadermrod *et al.* (2016), as oportunidades são forças externas que afetam positivamente o desenvolvimento do negócio e traduzem as fraquezas dos concorrentes, pelo que a empresa deve alavancar o desenvolvimento dessas vantagens competitivas face à concorrência. Em oposição, as ameaças são todos os elementos ou conjunturas que

comprometem o planeamento estratégico e os resultados e em relação aos quais a empresa não tem controlo.

A análise SWOT realizada à FTM encontra-se sintetizada na Figura 3, onde são apresentados, por um lado, os pontos fortes e fracos, que permitem uma análise interna e abrangem as atividades e processos desenvolvidos dentro da própria organização e, por outro lado, as oportunidades e ameaças, que compõem a análise externa e dizem respeito a fatores que não estão sob o controlo da empresa.

Figura 3. Análise SWOT à Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade técnica e tecnológica; ▪ Carteira de produtos de elevada qualidade; ▪ Ampla rede de distribuição; ▪ Adaptação da empresa ao mercado e às necessidades do consumidor; ▪ Forte presença no mercado e controlo significativo; ▪ Atuação em diferentes mercados geográficos; ▪ Carteira de negócios diversificada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipamentos antigos e que requerem manutenções regulares; ▪ Baixa durabilidade das matérias-primas e dos produtos acabados e o transporte por via marítima.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acréscimo da procura nos mercados Açores e Madeira; ▪ Exploração das marcas internacionais estabelecidas; ▪ Expansão para o mercado nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte concorrência nos mercados externos; ▪ Existência de contexto restritivo ao consumo do tabaco; ▪ Agravamento da carga fiscal; ▪ Restrições à publicidade positiva; ▪ Proibição de fumar em determinados lugares públicos; ▪ Crescente proteção da exposição dos cidadãos ao fumo; ▪ Maior sensibilização para a saúde.

Esta análise permite concluir que como pontos fortes da empresa destaca-se a capacidade técnica na área do negócio e a capacidade tecnológica, com a aquisição de novos equipamentos e maquinaria e com a recente implementação de um sistema de rastreabilidade do tabaco, que permite localizar o maço de tabaco desde o momento em que é produzido até ao ponto de venda final onde será adquirido. Destaca-se também o facto de a empresa comercializar uma carteira de produtos com elevada qualidade, resultado dos contratos que estabelece com multinacionais e da qualificação e

empenhamentos do quadro técnico, usufruindo também de uma ampla rede de distribuição.

A adaptação da empresa ao mercado e às necessidades do consumidor constitui outro ponto forte. Atualmente, o mercado do tabaco tradicional de queima têm registado um abrandamento em contrapartida do mercado de tabaco aquecido que está em expansão. O consumidor cada vez mais procura soluções que apresentem uma menor nocividade e, como tal, a FTM para fazer face a esta nova necessidade optou por diversificar a sua oferta, investindo na venda de *heets*.

Esta é uma empresa centenária com uma forte presença no mercado açoriano e principalmente no mercado madeirense, derivado da sua imagem de marca e de um “percurso longo de sensatez e planeamento estratégico” (Lusa, 2016). O facto de comercializar produtos na Madeira é um aspeto positivo, visto que a empresa não se restringiu apenas aos Açores, conseguindo alargar a sua área de atuação.

A entrada da FTM em novas áreas de negócios, neste caso no setor do turismo, constitui uma estratégia de diversificação que pretende acompanhar a tendência de crescimento do turismo na Região, sendo uma forma de dinamizar o destino Açores e de revitalizar a cidade com a requalificação das Casas Amarelas.

Quanto aos pontos fracos, a FTM detém equipamentos produtivos antigos que requerem constantes adaptações, necessitando de manutenções regulares. A baixa durabilidade das matérias-primas e dos produtos acabados e o transporte por via marítima com o envio para a Madeira e para as restantes ilhas dos Açores constituem outros riscos inerentes à produção e venda do tabaco.

Do lado das oportunidades, a empresa entende existirem oportunidades de negócio relacionadas com o acréscimo da procura nos mercados dos Açores e Madeira por parte de turistas, a exploração de marcas internacionais estabelecidas e a expansão para o mercado nacional.

As ameaças à indústria tabaqueira advêm da forte concorrência nos mercados externos e da existência de um contexto restritivo ao consumo de tabaco, consequência da elevada regulamentação. O agravamento da carga fiscal constitui outra barreira que contribui para o aumento dos preços de venda do tabaco. As restrições à publicidade positiva destes produtos, a proibição de fumar em determinados lugares públicos e fechados, a crescente proteção dos cidadãos da exposição ao fumo e a maior sensibilização para a saúde dificultam a sua divulgação.

Através da análise ao ambiente transaccional e mais concretamente aos concorrentes, verifica-se que a FTM enfrenta uma forte concorrência, dado que opera num sistema de duopólio. Deste modo, a empresa detém um controlo significativo do mercado, dado existirem apenas duas empresas a operar no mercado face, por exemplo, a uma situação de concorrência perfeita, onde há um número elevado de produtores que são tomadores de preços e que de forma individual não conseguem influenciar o mercado. Além disso, assiste-se a uma elevada procura pelos seus produtos, que são pouco diferenciados.

A Fábrica de Tabaco Micaelense é considerada a empresa líder a nível regional na comercialização de produtos de tabaco, o que lhe confere uma vantagem competitiva, dado que a empresa prima pela qualidade dos seus produtos e aposta numa oferta diversificada, que vá ao encontro das necessidades dos clientes estabelecendo um relacionamento duradouro com estes, o que lhe permite reforçar as suas estratégias de crescimento.

É de realçar que o tabaco é uma área de negócio que apresenta grandes barreiras à entrada, isto é, fatores que bloqueiam a entrada de novos concorrentes numa determinada indústria (Mankiw, 2008). Destacam-se três barreiras à entrada no setor tabaqueiro: financeiras, legais e técnicas. As barreiras financeiras abrangem os elevados custos de instalação e o acesso a canais de distribuição, que estão em grande parte ocupados pelas empresas já instaladas. Relativamente às barreiras legais destaca-se a elevada regulamentação e fiscalização ao nível do fabrico, apresentação, venda e consumo de produtos do tabaco. A forte tributação a que o setor tabaqueiro está sujeito contribui para dissuadir o consumidor de optar por fumar e/ou impulsionar a sua cessação, minimizando os riscos associados ao consumo destes produtos. Todavia, impõe restrições adicionais e impostos superiores face a outros tipos de produtos que as empresas têm de suportar. As barreiras técnicas englobam os conhecimentos específicos relacionados com a produção e as imposições que a FTM deve atender na produção das marcas sob licença.

As barreiras à saída são obstáculos de ordem económica e estratégica que dificultam a saída da empresa de um determinado setor de mercado ou indústria, levando a que esta faça um esforço para se manter no mercado, mesmo que apresente uma rentabilidade baixa ou até negativa (Marques, 2014). No caso da FTM, identificam-se como barreiras à saída os ativos especializados, como os equipamentos fabris inerentes à produção e embalamento dos cigarros, charutos e cigarrilhas; os custos fixos de saída relacionados com o pagamentos de indemnizações e a conservação dos vários equipamentos; as

relações estratégicas estabelecidas com multinacionais; e as barreiras emocionais e estratégicas decorrentes do facto de ser uma empresa centenária e a mais antiga dos Açores.

O poder negocial dos clientes é baixo, dado que estes não têm capacidade de influenciar os preços. No caso da FTM, a empresa estabeleceu como condição de pagamento a pronto, não se registando imparidades de clientes. Além disso, os produtos são pouco diferenciados e a oferta no mercado é reduzida, o que contribui para uma base de negócio mais sólida. Destaca-se o facto de os clientes da FTM estarem dispersos geograficamente, o que exige que a empresa tenha uma rede de distribuição bem estruturada e organizada e estabeleça uma boa comunicação e interação com estes para perceber em cada momento quais as suas necessidades, de forma a procurar satisfazê-las.

O poder negocial com fornecedores é significativo e estes têm a capacidade para influenciar os preços das matérias-primas e dos bens intermédios. Os principais fornecedores da FTM têm uma dimensão superior face à empresa existindo, por isso, uma maior dependência da empresa face a estes. A dimensão, a qualidade dos produtos comercializados e a imagem da marca contribuem para um maior poder dos fornecedores no mercado.

A FTM está enquadrada no setor tabaqueiro onde cada vez mais são levantadas diversas questões ligadas à saúde e à própria responsabilidade social da empresa. Para combater os *lobbies* que existem a nível social, a empresa apostou numa política de qualidade, ambiente e segurança que zela pela qualidade dos produtos de tabaco que são fornecidos e pelo controlo dos impactos ambientais, com o objetivo de minimizar a poluição. Ademais, a FTM iniciou a comercialização de *heets*, não só para fazer à crescente procura deste produto, com também para atender a uma necessidade do consumidor que cada vez mais se preocupa com o seu bem-estar. Esta alternativa aos cigarros apresenta um menor grau de nocividade e possibilita a mesma satisfação de fumar combatendo, em conjunto com a forte regulamentação, os danos provocados pelo fumo dos cigarros.

No que respeita à missão, visão e objetivos, estes são transmitidos com clareza pelas várias direções da empresa aos colaboradores. A primazia pela qualidade dos produtos constitui um grande foco não só da empresa, mas também dos colaboradores, que participam e acompanham o processo produtivo dos vários tipos de produtos, que são alvo de diversos testes de qualidade. O cumprimento com os requisitos legais é também um aspeto bastante vincado, sendo realizadas várias formações para explicar os

manuseamentos dos equipamentos fabris e quais os procedimentos em termos de segurança que têm de ser tidos em conta.

A cultura organizacional é definida como “uma percepção comum detida pelos membros da organização e que a distingue das demais organizações” (Robbins e Judge, 2014). Pode ser entendida como um mecanismo de ajustamento dos colaboradores à organização e desperta um sentimento de pertença, potenciando a estabilidade social. Na FTM existe uma cultura organizacional em que se denota a existência de um ambiente de trabalho positivo, havendo um sentimento de comunidade e de interajuda partilhado por todos os colaboradores.

A motivação dos trabalhadores pode ser entendida como o “processo que contribui para a intensidade, direção, e persistência do esforço de um indivíduo de modo a alcançar um objetivo – especificamente, um objetivo organizacional” (Cunha *et al.*, 2004). Muitas vezes, a motivação dos trabalhadores surge relacionada com o sistema de incentivos definido como “um conjunto de instrumentos que se alinham, segundo uma lógica, com a estratégia da organização, podendo ser de natureza material e imaterial” (Câmara, 2016). Na FTM, periodicamente são dados incentivos monetários de acordo com a produtividade dos colaboradores. Além disso, a empresa detém um seguro de saúde que comparticipa grande parte das despesas e definiu um regime de benefícios para reformados. A flexibilização da fixação de férias é também outro incentivo facultado aos colaboradores.

Em relação aos sistemas de informação, a empresa recorre muitas vezes a *e-mails* internos para estabelecer o contato com clientes, fornecedores e com os vários departamentos. Para ultrapassar esta situação e facilitar a comunicação, a FTM pretende implementar um sistema integrado de informação que permita o acesso em simultâneo a informações internas aos diferentes departamentos, registando as interações entre estes e unificando os procedimentos.

5.2. Análise crítica às atividades realizadas

Em seguida é feita uma apreciação crítica às várias atividades desenvolvidas durante o estágio, descritas no capítulo anterior, apontando-se as principais competências adquiridas, as atividades desempenhadas com uma maior facilidade e as dificuldades encontradas.

5.2.1. Análise crítica às atividades de receção, lançamento e arquivo da documentação

A receção da documentação está, na minha opinião, de acordo com a dimensão e as necessidades da empresa. Cada documento ao ser carimbando com a data em que foi rececionado permite verificar se existiu um grande desfasamento temporal face ao lançamento contabilístico e, ao identificar o departamento que lhe está associado, clarifica qual o departamento que a contabilidade se deve dirigir caso surgem dúvidas quanto à natureza do gasto.

Apesar do processo de documentação estar bem implementado, considero que devido à sua dimensão a FTM deveria apostar num mecanismo informatizado de gestão documental interno, baseado em *workflows* onde seriam registados os vários intervenientes e as ações realizadas, a fim de aumentar a produtividade e assegurar a eficiência no tratamento dos processos. Por conseguinte, seriam minimizadas as perdas de tempo com a circulação da documentação para a sua aprovação por responsáveis de diferentes áreas da empresa.

O lançamento e arquivo dos vários tipos de documentos são atividades realizadas diariamente e que considero fundamentais para uma boa organização e rápido acesso aos mesmos. Todos os documentos são numerados com uma identificação interna que apresenta o ano, o mês corrente, o diário correspondente e a numeração mensal, facilitando a procura física. Aquando do lançamento, os documentos são digitalizados, sendo uma forma de garantir uma maior segurança, dado que existe uma cópia em sistema que todos os colaboradores têm acesso, e de assegurar uma maior agilidade nos processos.

5.2.2. Análise crítica às práticas de controlo interno

As práticas de controlo interno instituídas são uma das atividades mais importantes, visto que possibilitam detetar periodicamente os movimentos contabilísticos em falta e corrigir eventuais erros que surgem com as integrações.

As reconciliações bancárias são um procedimento demorado e que requerem bastante atenção, na medida em que podem existir movimentos de igual valor que se referem a transações diferentes. Esta conferência é feita no Excel, colocando-se o extrato do banco, a folha de caixa do banco retirada da função gestão e a fita com os movimentos em aberto de determinado mês, elaborada após a conferência. A reconciliação dos vários movimentos é realizada também no sistema PHC, o que a meu ver é uma tarefa que

poderia ser dispensada uma vez que a conferência já foi feita, servindo apenas para guardar os movimentos reconciliados em sistema.

A conferência mensal de contas é uma tarefa rotineira, mas que assume um grande relevo ao permitir verificar se todos os movimentos da função gestão estão integrados corretamente na contabilidade, contribuindo para a apresentação de informação fidedigna. O fecho de contas constitui uma forma de avaliar a posição económico-financeira da empresa em cada mês e de perceber a evolução das contas. Estas são tarefas que consegui desenvolver com alguma autonomia e que, posteriormente facilitam no preenchimento das declarações necessárias ao cumprimento das obrigações fiscais, pois as contas já estão previamente conferidas.

O primeiro passo para a conferência é a integração, que ocorre após todos os movimentos daquele mês terem sido efetuados. Esta foi uma das tarefas na qual surgiram algumas dificuldades, nomeadamente em perceber o tipo de erros que ocorriam ao ser simulada a integração. Em alguns casos não existia a associação entre o código do SNC e o tipo de documento, tendo a mesma que ser criada.

Quando se está a preparar a integração de um determinado tipo de documentos, é necessário verificar se as contas estão a ser debitadas e creditadas corretamente. Por vezes, acontece depois da integração ser efetuada, os movimentos contabilísticos relativos aos recibos da base de dados DST estarem a debitar a conta do caixa FTM, quando deveria ser a conta do caixa ou de depósitos à ordem, no caso dos recibos “Transferência”, daquele distribuidor. Neste caso, é indispensável ir a cada movimento alterar manualmente a conta, o que torna as conferências das contas 11 – Caixa e 12 – Depósitos à ordem mais demoradas.

As contagens das mercadorias em armazém constituem uma atividade bastante interessante uma vez que, além de conseguir perceber como o tabaco está organizado nos vários armazéns, é possível também verificar a quantidade de matéria-prima que já foi utilizada na produção, os fluxos entre armazéns e analisar as divergências entre meses nas contagens no tabaco e no tabaco desmanchado/recuperado.

A análise à conta 62 - Fornecimentos e serviços externos é realizada com base no mapa de execução. Este mapa, que incorpora o fecho de contas mensal, é de fácil preenchimento e apresenta uma visão cumulativa da evolução dos gastos discriminada nas várias subcontas e que é comparada com o ano anterior e com o orçamentado para o

ano corrente. O facto das rubricas com maior variação serem explicadas com as despesas mais significativas torna a análise dos gastos mais clara e objetiva.

Em relação à análise de rendibilidade, esta é feita através do cálculo da margem bruta por marca e por produto. Os custos das matérias consumidas são obtidos com base no mapa de processamento de custos da contabilidade analítica. Neste mapa, a agregação dos custos é o passo que requer uma maior atenção visto que os produtos acabados são separados por marcas e, no caso das marcas próprias, é feita a junção dos cigarros com os filtros e dos charutos com as cigarrilhas.

O fecho mensal de contas engloba também a demonstração de resultados, que é apenas reproduzida do sistema para Excel. Já o balanço requer uma maior atenção dado ser necessário atender à natureza das contas para classificá-las como ativo ou passivo, principalmente no que se refere às contas 27 – Outras contas a receber e a pagar, e à distinção entre corrente e não corrente para subdividir a conta 25 – Financiamentos obtidos.

5.2.3. Análise crítica à contabilidade analítica

A contabilidade analítica assume uma grande relevância, principalmente numa empresa industrial, uma vez que possibilita a determinação dos custos e proveitos com os vários tipos de produtos. Permite também o controlo e a racionalização de custos, a deteção de operações ineficientes e auxilia na tomada de decisões, ao nível da adoção dos métodos de produção mais eficazes, no estabelecimento dos contratos comerciais, na fixação de preços e na definição de objetivos.

Esta atividade gerou inicialmente algumas dúvidas relacionadas com o preenchimento do mapa “Processamento de custos”, nomeadamente com o modo como são introduzidos os custos com as matérias-primas e como estes estão configurados para serem imputados aos cigarros, charutos e cigarrilhas. Além disso, como existem custos que são comuns a vários produtos, é necessário verificar com maior detalhe se estes estão a ser distribuídos de forma correta. Os custos com a mão de obra e gastos gerais de fabrico são facilmente extraídos do sistema, dado que são divididos por centros analíticos, simplificando a sua colocação e interpretação no mapa.

Apesar de nos mapas “Introdução de produções” e “Processamento de custos” serem efetuados vários controlos para certificar que os custos estão a ser imputados corretamente, constata-se que a quantidade de produtos que são comercializados, não só

das marcas próprias, como também das marcas produzidas sob licença, é ainda significativa e, como a introdução dos custos é feita em Excel e não está totalmente automatizada, poderá haver lugar a uma maior margem para erros.

Na minha opinião, a FTM deveria apostar na informatização do cálculo do custo do produto e da variação de produção para o período em análise. Além disso, deveria também ser estabelecida a interligação dos mapas da contabilidade analítica com os dados da produção e com os custos da contabilidade geral em vez da utilização do sistema em Excel, que requer um maior demora na inserção e verificação dos custos.

5.2.4. Análise crítica às obrigações fiscais

O cumprimento das obrigações fiscais é essencial para garantir a conformidade com a lei. A existência de uma agenda fiscal que compila as várias obrigações contribui para que o trabalho do contabilista seja mais simplificado, sendo que, por vezes, os prazos das obrigações ditam o decurso de todo o processo contabilístico.

O envio da declaração do IVA foi a obrigação fiscal desenvolvida com maior frequência e que ao início gerou algumas dúvidas relacionadas com a liquidação do imposto e a determinação das bases tributáveis. A FTM é uma indústria que, por estar enquadrada no ramo do tabaco, está sujeita a um regime especial de tributação. Nesse sentido, foi-me explicado como se processava a movimentação do tabaco dentro da fábrica, de modo a perceber em que momento é feita a liquidação. No meu entender, os passos fundamentais para a submissão da declaração isenta de erros relacionam-se com conferência das contas do IVA e das bases tributáveis e a análise aos desvios de IVA, uma vez que é possível analisar com detalhe os movimentos que compõem determinada conta e verificar se estão a ser corretamente contabilizados.

A declaração de retenção na fonte é de fácil preenchimento, visto que estão tipificados em Excel todos os valores que são retidos por áreas geográficas. Nesta atividade foi essencial reconhecer a natureza dos rendimentos sujeitos a retenção e a área geográfica dos mesmos, de forma a aplicar corretamente as taxas e reduções inerentes ao tipo de rendimento e à zona em causa.

A declaração Modelo 10 equivale, no caso da FTM, a uma junção dos montantes declarados nas retenções mensais com as retenções relativas à categoria H. Como a conta 242 – Retenções de impostos é conferida mensalmente, a submissão da Modelo 10 torna-se mais simplificada, verificando-se novamente os contribuintes e os valores retidos com

as declarações enviadas aos sujeitos passivos enquadrados na categoria de trabalho independente. Esta foi uma tarefa que implicou interação com o departamento de Recursos Humanos e que foi realizada em conjunto com a contabilista da empresa.

A preparação do ficheiro SAFT-PT requer particular atenção dado que a FTM apresenta vários tipos de faturação, tanto na própria base de dados como na DST, que têm de ser incorporados neste ficheiro. A principal dificuldade encontrada prendeu-se com a análise dos desfasamentos entre a simulação e o total de faturação, uma vez que tem de se retirar em cada tipo de faturação as faturas anuladas e, caso exista a diferença persista, deve-se verificar se alguma fatura não está a ser considerada.

Relativamente à declaração Modelo 22, foram efetuados alguns quadros de apoio referentes às tributações autónomas, depreciações, mais ou menos valias e donativos. Esses cálculos são, na minha opinião, fulcrais porque detalham e justificam os valores que surgem na declaração, auxiliando no seu preenchimento. Para esta atividade foi indispensável conhecer a estrutura da declaração Modelo 22 ao nível das correções que têm de ser feitas no quadro 07 e perceber os campos em que as mesmas tem colocadas.

5.2.5. Análise crítica à resposta aos inquéritos estatísticos no âmbito da contabilidade

Os inquéritos estatísticos disponibilizados pelo INE assumem, na minha opinião, uma grande importância na recolha de informação acerca de vários setores de atividade e na sua caracterização. No caso da Fábrica de Tabaco Micaelense, os inquéritos procuram aferir o comportamento do mercado do tabaco e os seus impactos a nível económico, social e ambiental e contribuem para o cálculo de diversos indicadores.

O INTRASTAT – Fluxo de chegada é um inquérito que avalia as compras intracomunitárias mensais, tanto a nível do artigo que é adquirido como o seu transporte e as condições em que este é efetuado. Essas informações são extraídas das faturas, todavia existem dados solicitados pelo inquérito que, por vezes, não constam da fatura. Por este motivo, este inquérito envolve uma maior interação entre departamentos, visto ser a secção de Logística que fornece os dados em falta.

A resposta ao Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego é bastante fácil e rápida uma vez que é apenas necessário indicar o total de vendas e prestações de serviços e as horas mensais trabalhadas facultadas pela secção de Recursos Humanos.

O Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras é de todos os inquéritos aquele que é mais longo e consiste no detalhe de grande parte das contas do SNC que compõem o balancete. Em algumas subcontas que constam do inquérito, os valores podem não igualar às rubricas que surgem no balanço do trimestre correspondente, visto que são considerados critérios diferentes.

Em relação ao Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora, este inquérito é também respondido em parceria com vários departamentos. O departamento de Produção e a Logística avaliam a evolução da capacidade de produção e a sua tendência no curto prazo, os *stocks*, e a carteira de encomendas, enquanto a área comercial analisa a carteira encomendas e a posição competitiva da empresa.

5.2.6. Análise crítica às operações de fim de exercício

Uma das operações de fim de exercício está relacionada com a conferência dos saldos de fornecedores. Este controlo de saldos é uma forma de detetar documentos em falta ou lançamentos que não foram efetuados. Contudo, é um processo demoroso, dado que apesar de ser selecionado um conjunto de fornecedores, ocorrem atrasos no envio dos extratos, o que se repercute numa conferência mais lenta.

Em relação aos fornecedores nacionais, existem alguns que acabam por não enviar o extrato mesmo sendo solicitado mais do que uma vez e alertada a sua relevância para o fecho de contas. No caso dos fornecedores intracomunitários, por vezes estes só enviam os movimentos em abertos, solicitando-se novamente o envio do extrato completo que o fornecedor apresenta da FTM enquanto cliente.

As circularizações são, no meu entender, uma importante técnica de auditoria que possibilita ao auditor obter de forma rápida a confirmação de saldos cruzando essa informação com aquela que existe na contabilidade. No entanto, existem circularizações em relação às quais não se obteve resposta, tendo implicações na análise do auditor que tem de adotar procedimentos alternativos para a obtenção de prova relevante e confiável.

A preparação das demonstrações financeiras e do anexo possibilita obter uma visão global das contas e dos movimentos intrínsecos a cada uma, auxiliando na tomada de decisões de gestão. Tanto as demonstrações como o anexo são elaborados manualmente em Excel, permitindo detetar de forma rápida eventuais erros e proceder à sua correção.

O anexo é composto por vários quadros, sendo que existiram alguns que foram mais fáceis de preencher, como os relativos aos inventários, vendas, clientes e fornecedores,

Estado e outros entes públicos em detrimento de outros que geraram algumas dúvidas, como os instrumentos financeiros, ativos por impostos diferidos e excedentes de revalorização. Esta foi uma das atividades que contribuiu para uma maior autonomia, dado que fiquei responsável pela sua realização, mas também proporcionou uma maior interação com os colegas de trabalho e partilha de conhecimentos.

5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado

O estágio desenvolvido no departamento de contabilidade da Fábrica de Tabaco Micaelense permitiu o aprofundamento e a aplicação prática de vários conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, e impulsionou o meu crescimento tanto a nível pessoal como profissional.

Esta experiência profissional possibilitou-me uma visão diferente do mundo do trabalho, ao nível das suas dificuldades e entraves, mas também despertou a necessidade de se estar em constante aprendizagem, principalmente porque a Contabilidade e a Fiscalidade são áreas que sofrem sucessivas alterações legislativas, o que implica uma constante atualização de conhecimentos.

A cooperação entre os colaboradores e o bom ambiente de trabalho foram fundamentais para uma rápida integração. Na unidade curricular de Recursos Humanos, a integração estabelece as bases para motivar e reter pessoas e é entendida como o processo de inclusão do colaborador na equipa de trabalho e de fazer com que se sinta parte do grupo (Cunha *et al.*, 2004). Em todas as atividades foram desenvolvidas várias competências profissionais, destacando-se a comunicação estratégica e o relacionamento interpessoal abordados em Comportamento Organizacional. A forma como expressei as minhas ideias ou expôs as minhas dúvidas e a adequação da comunicação, tanto às pessoas como às situações, foram determinantes para a compreensão e o alcance dos objetivos organizacionais. Além disso, a empatia com os colegas de trabalho contribuiu para uma maior produtividade e para uma aprendizagem com base na observação, analisando-se a forma como os colaboradores desenvolviam as suas tarefas e os métodos que adotavam.

As unidades curriculares de Contabilidade I e II foram imprescindíveis para a realização de grande parte das atividades propostas ao longo do estágio. O conhecimento

dos vários documentos de suporte às operações contabilísticas, como faturas, notas de crédito, notas de lançamento, recibos, entre outros, e a verificação dos requisitos impostos à emissão de faturas e documentos equivalentes, previstos no artigo 36.º do Código do IVA, garantem tanto a deteção de erros como o correto lançamento da documentação.

Para o desenvolvimento das práticas de controlo interno, em particular, as reconciliações bancárias e a verificação das contas de clientes e fornecedores foram fundamentais os conhecimentos relativos aos procedimentos de controlo abordados na unidade curricular de Auditoria.

A verificação da conta de inventários implicou a análise à NFCR 18 – Inventários efetuada na unidade curricular de Contabilidade I, que explicita como devem ser mensurados e quais as fórmulas de custeio existentes. Os procedimentos a serem adotados aquando das contagens de inventários foram também estudados em Auditoria, mais concretamente no tópico referente ao controlo interno.

O capítulo referente aos ativos fixos tangíveis lecionado em Contabilidade II em conjugação com a análise em detalhe das NCRF 6 – Ativos intangíveis e a NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis realizado em Análise e Relato Financeiro permitiram a classificação e o lançamento adequados dos ativos, a correta abertura das fichas de imobilizado e o processamento das depreciações contabilísticas. Em ambas as unidades curriculares foram apresentadas as definições dos vários tipos de ativos e os critérios que devem ser cumpridos para que possam ser reconhecidos, a mensuração inicial e subsequente, a vida útil e os métodos de depreciações existentes.

Para a elaboração do mapa de execução foram necessários os conhecimentos adquiridos na unidade curricular de Contabilidade I referentes às operações com gastos, onde foram tipificadas as contas 62 relativas aos fornecimentos e serviços externos, as despesas que devem ou não ser incluídas em cada subconta e como são reconhecidas as operações caso o IVA seja dedutível ou não dedutível.

A análise de rendibilidade reuniu conhecimentos dos capítulos métodos de análise e análise da rendibilidade, risco e crescimento das unidades curriculares de Finanças Empresariais I e de Análise e Relato Financeiro, respetivamente, visto que nas duas unidades curriculares efetuou-se o cálculo e a interpretação de vários tipos de rácios. Para esta atividade foram fundamentais os rácios económicos.

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Contabilidade II, tendo sido efetuada a sua elaboração e análise em Finanças Empresarias I, com o capítulo de análise

financeira – conceito e elementos básicos, e em Análise e Relato Financeiro, com o capítulo relativo à interpretação e análise das demonstrações financeiras. Em todas estas unidades curriculares esteve intrínseco o estudo da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa, que permitiu a adequada classificação dos movimentos nas várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados.

A contabilidade analítica e os quadros relativos às introduções de produções e processamento de custos reuniram um conjunto de conceitos estudados na unidade curricular de Controlo Orçamental e de Controlo de Gestão, nomeadamente a definição, a classificação, o comportamento e imputação de custos. A realização desta tarefa também exigiu o conhecimento dos diversos tipos de custos, assim como a perceção dos fluxos dos custos reais ao longo do sistema produtivo, de forma a imputá-los corretamente aos produtos. Na unidade curricular de Contabilidade Analítica, o capítulo referente ao custeio de inventários e análise de capacidade permitiu a determinação do custo do produto com base no custeio total onde, segundo este método de custeio, são incluídos todos os custos fixos e variáveis no custo industrial do produto.

No que respeita às obrigações fiscais, estas comportam um conjunto de conceitos abordados em Contabilidade I e II, Fiscalidade e Fiscalidade Avançada.

O apuramento do IVA, ou seja, saldar as contas 2432, 2433, 2434 e 2437 em contrapartida da conta 2435 e averiguar se estamos perante IVA a pagar ou a recuperar, foi abordado na unidade curricular de Contabilidade I. Todavia, as operações sujeitas a imposto e que conferem ou não o direito à dedução, a incidência subjetiva, bem como o preenchimento da declaração periódica de IVA foram abordados tanto em Fiscalidade como em Contabilidade e Gestão Fiscal, tendo por base o Código do IVA. É de destacar que o capítulo referente aos impostos especiais sobre o consumo (IEC) lecionado na unidade curricular de Fiscalidade assumiu particular relevância, visto o tabaco ser um bem sujeito a este tipo de impostos e estar enquadrado num regime particular de IVA. Na unidade curricular de Fiscalidade Avançada, o estudo mais pormenorizado da localização das operações foi importante para saber quais as operações que devem ser colocadas nos anexos R da declaração do IVA.

Para o preenchimento declaração de retenção na fonte e da Modelo 10 foi essencial o tópico de retenção na fonte do capítulo de IRS lecionado em Fiscalidade. Nesse capítulo

foram apresentados os rendimentos sujeitos e não sujeitos a retenção, quer da categoria A, quer da categoria como H, e as respetivas tabelas a aplicar em função da residência.

A declaração Modelo 22 foi abordada em sede de IRC nas unidades curriculares de Fiscalidade, Fiscalidade Avançada e Contabilidade e Gestão Fiscal. A elaboração dos quadros de apoio à declaração Modelo 22 fundamentou-se na determinação do lucro tributável, partindo do resultado líquido do período e nas correções fiscais que têm de ser efetuadas no quadro 07. Estas abrangem, por exemplo, os encargos não dedutíveis para efeitos fiscais, dedução de prejuízos fiscais, as várias despesas sujeitas a tributação autónoma, as depreciações e amortizações não aceites como gastos e as mais ou menos valias.

Em relação aos inquéritos estatísticos, a resposta aos mesmos reuniu um conjunto de conteúdos desenvolvidos nas unidades curriculares de Contabilidade I e II, visto que são reportados os dados que constam do balancete.

Por fim, as operações de fim de exercício e, mais concretamente a conferência de saldos de fornecedores, o apuramento de resultados e a preparação das demonstrações financeiras, são um aprofundamento das práticas de controlo interno efetuadas mensalmente. As circularizações são um teste substantivo que foi estudado no capítulo de procedimentos e prova da auditoria da unidade curricular de Auditoria. Apesar deste teste ser decomposto em três fases, planeamento, seleção dos itens a circularizar e controlo, no estágio foi realizada apenas o controlo em que é efetuada pela entidade auditada a preparação e envio das cartas a terceiros.

Em resumo, esta experiência profissional contribuiu em grande medida para o meu desenvolvimento profissional. O bom ambiente de trabalho e a existência de um espírito de equipa cooperativo contribuíram para uma maior satisfação no desenvolvimento das várias atividades que foram me propostas.

A FTM é uma empresa com uma forte presença no mercado e que procura constantemente adaptar-se às necessidades do consumidor, quer pela aposta em novos produtos, quer pela entrada em novos setores como o turismo. No entanto, por ser uma indústria tabaqueira está sujeita a uma forte legislação antitabágica.

Neste estágio, existiram atividades que foram desenvolvidas com maior facilidade em detrimento de outras, que envolveram um maior conhecimento dos procedimentos internos da empresa, estando presentes em todas as tarefas diversos conteúdos abordados ao longo da licenciatura e do mestrado.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

Este trabalho consistiu num relatório de estágio desenvolvido durante o segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade. O estágio decorreu ao abrigo do programa Estagiar L no departamento de contabilidade da Fábrica de Tabaco Micaelense, sob a orientação do Prof. Doutor João Teixeira e da contabilista certificada, Dr.^a Nélia Costa.

Esta experiência profissional impulsionou o meu crescimento a nível pessoal, através das várias atividades que me foram propostas e do contato direto com os vários colaboradores. O estágio permitiu também a consolidação e a aplicação prática de alguns dos conhecimentos adquiridos na licenciatura e no mestrado.

Da abordagem teórica da contabilidade conclui-se que esta área de estudo estava, inicialmente, restrita ao mero registo das operações verificadas no património de uma empresa. Todavia, passou progressivamente a acompanhar o desenvolvimento económico e técnico da sociedade e a adaptar-se às novas necessidades relacionadas com o alcance de objetivos globais e a tomada de decisões de gestão. Em Portugal, o processo de normalização contabilística ocorreu com a entrada do SNC que procura assegurar a transparência na informação contida nas demonstrações financeiras disponibilizada aos vários utentes. As demonstrações financeiras devem atender aos pressupostos e às características qualitativas tipificadas na estrutura conceptual. Quanto às divisões da contabilidade, destaca-se a contabilidade analítica como sendo aquela que assume uma maior importância para uma empresa industrial, como é o caso da FTM, uma vez que visa a determinação e a análise dos custos dos produtos produzidos, assim como auxilia os gestores na tomada de decisões em função dos objetivos da empresa.

Da caracterização da Fábrica de Tabaco Micaelense destaca-se que esta é a empresa mais antiga do setor tabaqueiro existente nos Açores e que contribui fortemente para a empregabilidade da mão de obra. Além disso, desenvolve produtos de tabaco, como cigarros, charutos e cigarrilhas, utilizando marcas próprias e marcas sob licença, assumindo como principal foco a qualidade organolética dos produtos e a adoção de práticas responsáveis. A FTM apresenta uma estrutura organizacional classificada como funcional, e atua nos Açores num sistema de duopólio, tendo também uma área administrativa na Madeira. Mais recentemente, iniciou a comercialização de *heets* para satisfazer uma nova necessidade dos consumidores, cada vez mais preocupados com os efeitos do tabaco, e marcou a sua presença no setor do turismo na Região.

Relativamente às atividades desenvolvidas, verifica-se que o lançamento e o correto arquivo são essenciais para um eficaz acesso à informação e para a segurança da documentação. No que respeita às práticas de controlo interno, estas asseguram a fidedignidade dos registos contabilísticos. A contabilidade analítica tem como finalidade a determinação dos custos dos produtos, através da imputação aos vários produtos das matérias-primas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, e a sua comparação com os custos determinados pelo departamento de produção. Em relação às obrigações, estas envolveram a preparação da informação e o preenchimento e submissão de vários tipos de declarações. A resposta a vários inquéritos do INE para o cálculo de indicadores económicos e a elaboração das contas nacionais foi outra das atividades desempenhadas. A principal atividade relacionada com as operações de fim de exercício foi a elaboração das demonstrações financeiras e dos vários quadros que compõe o Anexo.

A FTM é uma empresa onde se denota a existência de um ambiente de trabalho cooperativo, o qual possibilitou a realização das tarefas com uma maior satisfação. Destaca-se a forte presença da empresa no mercado, a adaptação às necessidades dos consumidores, a carteira de negócios diversificada e a ampla rede de distribuição. Por ser uma indústria tabaqueira enfrenta um contexto restritivo ao consumo de tabaco e está sujeita a uma forte legislação antitabágica. As ameaças com que a empresa se depara integram, por exemplo, o agravamento da carga fiscal e a crescente proteção da exposição dos cidadãos ao fumo. Da análise ao ambiente de negócio verifica-se que existem elevadas barreiras à entrada e à saída. O poder negocial dos clientes é baixo, contrastando com o elevado poder negocial com os fornecedores. Ao nível da responsabilidade social, a FTM apresenta uma política de qualidade, ambiente e segurança centrada na qualidade dos produtos de tabaco e no controlo dos impactos ambientais.

No estágio existiram atividades que foram desempenhadas com uma maior facilidade em comparação a outras, que exigiram um maior conhecimento da realidade da empresa e dos procedimentos internos. As atividades desenvolvidas envolveram conhecimentos de várias unidades curriculares lecionadas na licenciatura e no mestrado, destacando-se Contabilidade I e II, Auditoria, Contabilidade Analítica, Controlo Orçamental, Fiscalidade, Fiscalidade Avançada, Controlo de Gestão, Contabilidade e Gestão Fiscal, e Análise e Relato Financeiro. É de realçar que, além os conhecimentos contabilísticos adquiridos na licenciatura e no mestrado, foi fundamental conhecer os procedimentos

internos da empresa e a legislação a que o setor tabaqueiro está sujeito para o desenvolvimento das várias atividades.

Em suma, considero o estágio uma experiência bastante positiva e enriquecedora por ser estabelecido o contato direto com o mundo empresarial e serem desenvolvidas várias competências profissionais.

REFERÊNCIAS

- Alves, G., & Costa, C. (2001). *Contabilidade Financeira* (4.^a ed.). Rei dos Livros.
- Araújo, D., Cardoso, P., & Novais, J. (2013). *Manual de Prestação de Contas nas Sociedades Comerciais – O processo de relato financeiro em SNC* (3.^a ed.). Vida Económica Editora.
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, Diário da República, 2.^a série, N.º 173. https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/1720117/details/maximized?p_p_auth=i6wRr1Fc
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro, Diário da República, 2.^a série, N.º 173. https://dre.pt/pesquisa/-/search/1720120/details/maximized?p_p_auth=Boh4hmYI
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, Diário da República, 2.^a série, N.º 146. <https://dre.pt/home/-/dre/69889534/details/maximized>
- Barbosa, L. (2015). *A contabilidade analítica como suporte de informação para um adequado e eficiente controlo interno - Empresas do sector Industrial*. [dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.22/7845>
- Belfo, F., & Trigo, A. (2013). Accounting Information Systems: Tradition and Future Directions. *Tecnologia Procedia*. <https://doi.org/10.1016/j.protcy.2013.12.060>
- Bernstein, L., & Wild, J. (1998). *Financial Statements Analysis: Theory, Application, and Interpretation* (6.^a ed.). McGraw-Hill.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Morgado, J. (2004). *Contabilidade e Finanças para a Gestão* (2.^a ed.). Áreas Editora.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2014). *Elementos de Contabilidade Geral* (26.^a ed.). Áreas Editora.
- Caiado, A. (2002). *Contabilidade de gestão* (2.^a ed.). Áreas Editora.
- Câmara, P. (2016). *Os Sistemas de Recompensas e a Gestão Estratégica dos Recursos Humanos*. (3.^a ed.). Dom Quixote.
- Campbell, S., & Hartcher, J. (2003). *Internal controls for small business*. CPA Austrália.

- Cardoso, L. (1998). *Gestão estratégica das organizações: ao encontro do 3.º milénio* (3.ª ed.). Editorial Verbo.
- Carmona, S., & Trombetta, M. (2008). On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: The logic and implications of the principles-based system. *Journal of Accounting and Public Policy*. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.003>
- Carvalho das Neves, J. (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada de Gestão* (5.ª ed.). Texto Editores.
- Chambers, R. J. (1995). *An Accounting Thesaurus: Accounting over 500 years*. Pergamon.
- Chiavenato, I. (2004). *Introdução à Teoria Geral da Administração* (7.ª ed.). Editora Campus.
- Código das Sociedades Comerciais. <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/116042191/202103222331/73599790/diplomaExpandido/indice>
- Código do IRC. (2021). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/Cod_download/Documents/CIRC.pdf
- Código do IRS. (2020). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/Cod_download/Documents/CIRS.pdf
- Código do IVA. (2020). *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/Cod_download/Documents/CIVA.pdf
- COSO (2013). *Internal Control - Integrated Framework*. <https://www.coso.org/Pages/default.aspx>
- Cravo, D., Baptista, L., Pontes, S., & Grenha, C. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística – Comentado*. Texto Editores.
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., & Cabral-Cardoso, C. (2004). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão* (3.ª ed.). RH Editora.
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2015/A, de 3 junho, Diário da República, 1.ª série, N.º 107. <https://data.dre.pt/eli/declegreg/15/2015/06/03/a/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, Diário da República, 1.ª série, N.º 133.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/158/2009/07/13/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 80/2007, de 29 de março, Diário da República, 1.ª série, N.º 63.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/80/2007/03/29/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 346/85, de 23 de agosto, Diário da República, 1.ª série, N.º 193.
https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_346_85.htm

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, Diário da República, 1.ª série, N.º 48.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/36-a/2011/03/09/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, Diário da República, 1.ª série, N.º 290.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/398/1998/p/cons/20200824/pt/html>

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Diário da República, 1.ª série, N.º 106.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/98/2015/06/02/p/dre/pt/html>

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, Diário da República, 1.ª série, N.º 178.
<https://data.dre.pt/eli/decregul/25/2009/09/14/p/dre/pt/html>

Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 4 de setembro, Diário da República, 1.ª série, N.º 190.
<https://data.dre.pt/eli/decregul/9/2000/08/18/p/dre/pt/html>

Despacho N.º 437/2020-XXII, de 9 de novembro, Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Pages/despachos-do-seaf.aspx

Dias, F. (2011). *Fábrica de Tabaco Micaelense - 145 anos*. Edição: Fábrica de Tabaco Micaelense.

Estatuto dos Benefícios Fiscais. (2020). https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/Cod_download/Documents/EBF.pdf

Estes, R. (1992). *Dictionary of Accounting* (2.ª ed.). MIT Press.

Fábrica de Tabaco Micaelense. (2011). Manual de Qualidade, Ambiente e Segurança.

Fábrica de Tabaco Micaelense. (2019). Relatório e Contas 2019 – Fábrica de Tabaco Micaelense.

Fábrica de Tabaco Micaelense. (2021). Estrutura Orgânica da FTM.

- Ferreira, D., Caldeira, C., Asseiceiro, J., Vieira, J., & Vicente, C. (2019). *Contabilidade de Gestão: estratégia de custos e de resultados* (2.^a ed.). Rei dos Livros.
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2016). *Relato Financeiro – Interpretação e Análise* (3.^a ed.). Vida Económica Editora.
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2020). *Contabilidade Financeira Explicada - Manual Prático* (4.^a ed.). Vida Económica Editora.
- Grand, R. M., & Jordan, J. (2015). *Foundations of Strategy* (2.^a ed.). Wiley.
- Hoffman, K., & Bateson, J. (2003). *Princípios de marketing de serviços: Conceitos, Estratégias e Casos* (2.^a ed.). Thomson Pioneira.
- Horngren, C.T., Datar, S., & Rajan M. (2014). *Cost Accounting* (15.^a ed.). Prentice-Hall.
- Houben G., Lenie, K., & Vanhoof, K. (1999). A knowledge-based SWOT-analysis system as an instrument for strategic planning in small and medium sized enterprises. *Decision Support Systems – Journal*. [https://doi.org/10.1016/S0167-9236\(99\)00024-X](https://doi.org/10.1016/S0167-9236(99)00024-X)
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. (2012). *Manual do Curso de Contabilidade Analítica-Gestão*. CEISCAP.
- Kotler, P., & Keller, K.L. (2012). *Marketing Management* (14.^a ed.). Prentice-Hall.
- Kreitner, R. (2013). *Management*. Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company
- Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, Diário da República, 1.^a série, N.º 179. <https://data.dre.pt/eli/lei/119/2019/09/18/p/dre>
- Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, Diário da República, 1.^a série, N.º 92. <https://data.dre.pt/eli/lei/22/2008/05/13/p/dre/pt/html>
- Lisboa, J., Coelho, A., Coelho, F., & Almeida, F. (2007). *Introdução à gestão de organizações*. Vida Económica.
- Lopes, I. (2013). *Contabilidade Financeira - Preparação das Demonstrações Financeiras, sua Divulgação e Análise*. Escolar Editora.
- Macore, S.A. (2017). *Importância da Reconciliação Bancária como Método de Integração Financeira* [dissertação não publicada]. Universidade Pedagógica.

- Mankiw, G. (2008). *Introdução à Economia* (6.^a ed.). Editora Campus.
- Marques, R. (2014). *Expansão setorial da empresa SOPAIS - Componentes Metálicos, Lda*. [dissertação de mestrado, Escola Superior de Aveiro]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/6776>
- Marques, T. (2014). *My Business consultores financeiros e Informáticos, Lda*. [relatório de estágio, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/13562>
- Melo, P. (2019, 2 de fevereiro). Fábrica de Tabaco Estrela celebra 136 anos de existência. *Jornal Açores 9*. <https://jornalacores9.pt/fabrica-de-tabaco-estrela-celebra-136-anos-de-existencia/>
- Monteiro, S. (2013). *Manual de Contabilidade Financeira*. Vida Económica.
- Nogueira, M. (2010). *Práticas de Contabilidade: relatório de estágio do Mestrado em Gestão*. [relatório de estágio, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/14456>
- Novo, D. (2012). *Relatório de estágio em auditoria financeira*. [relatório de estágio, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório científico IPVC. <http://hdl.handle.net/20.500.11960/1301>
- Núcleo de Arquivo. (2021). Glossário técnico. Universidade de Lisboa. <https://narq.tecnico.ulisboa.pt/mais-sobre-arquivo/glossario-tecnico/>
- Oliveira, A. (2010). *IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. Um imposto neutro* [dissertação não publicada]. Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Ordem dos Contabilistas Certificados. (2020, 30 de abril). *Contabilização de inventários*. <https://www.occ.pt/pt/noticias/contabilizacao-de-inventarios/>
- Peppers, D., & Rogers, M. (2005, 1 de julho). Customers Don't Grow on Trees. Fast Company. <https://www.fastcompany.com/53030/customers-dont-grow-trees>
- Phadernroda, B., Crowder, R., & Wills, G. (2016). Importance-Performance Analysis based SWOT analysis. *International Journal of Information Management*. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2016.03.009>
- Pinho, C., & Tavares, S. (2012). *Análise Financeira e Mercados* (2.^a ed.). Áreas Editora.

- Pinto, V. (2013, 21 de novembro). *Divisões da contabilidade – financeira e de gestão*. Portal Gestão. <https://www.portal-gestao.com/artigos/7300-divis%C3%B5es-da-contabilidade-%E2%80%93-financeira-e-de-gest%C3%A3o.html>
- Portaria n.º 220/2020, 21 de setembro, Diário da República, 1.ª série, N.º 184. <https://data.dre.pt/eli/port/220/2020/09/21/p/dre>
- Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, Diário da República, 1.ª série, N.º 60. <https://data.dre.pt/eli/port/321-a/2007/03/26/p/dre/pt/html>
- Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho, Diário da República, 1.ª série, N.º 130. <https://data.dre.pt/eli/port/467/2010/07/07/p/dre/pt/html>
- Porter, M. (1986). *Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência*. (7.ª ed.). Campus.
- Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI). https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/Cod_download/Documents/RITI.pdf
- Regulamento (CE) n.º 1602/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32002R1606>
- Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 14/2012/A, de 31 de maio, Diário da República, 1.ª série, N.º 106. <https://data.dre.pt/eli/resolalraa/14/2012/05/31/a/dre/pt/html>
- Ribeiro, D., Pinho, F., & Silva, J. (2020). *Encerramento de contas de 2020 – Aspectos contabilísticos e fiscais*. Ordem dos Contabilistas Certificados. https://www.occ.pt/news/_MANUAL/EContas2020/PLencerramentocontas2020D.pdf
- Robbins, S., & Judge, T. (2014). *Organizational Behavior* (16.ª ed.). Prentice Hall.
- Rodrigues, J. (2018). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística Explicado* (6.ª ed.). Porto Editora.
- Santos, C. (1998). *Contabilidade analítica - um apoio à gestão*. Rei dos Livros.
- Santos, R., & Saraiva, H. (2016, junho). Contabilidade pública versus contabilidade privada em Portugal – análise das estruturas conceptuais. *Revista Contabilista*, (195), 55-61. <https://pt.calameo.com/read/0003249812310c39e8cc0>

Silva, F. G. (1969). *Contabilidade Geral* (Vol. I). Livraria Sá da Costa Editora.

Soares, J. (2010). *Sistema de Normalização Contabilística – Questões e Casos Práticos*. Plátano Editora.

Teixeira, S. (2011). *Gestão das Organizações* (2.^a ed.). Verlag Dashofer.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

**O exercício da contabilidade numa empresa industrial: o caso da Fábrica de
Tabaco Micaelense, S.A.**
Solange Silva Ponte



RE